



Geração e Transmissão S.A.

ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
CENÁRIO ECONÔMICO	5
A CEMIG GT	6
NOSSA ESTRATÉGIA	8
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	8
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO	9
LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA	15
PRINCIPAIS INDEXADORES DA DÍVIDA – 31/12/2009.....	15
INVESTIMENTOS.....	17
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	19
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	20
GERENCIAMENTO DE RISCOS	20
GESTÃO TECNOLÓGICA.....	21
RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (NÃO AUDITADO)	31
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS.....	32
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	33
BALANÇOS PATRIMONIAIS	35
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	37
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	39
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	41
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	42
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	42
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	44
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	50
4) – DAS CONCESSÕES	51
5) – DISPONIBILIDADES	53
6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	54
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE.....	54
8) – ATIVO REGULATÓRIO - REVISÃO TARIFÁRIA	55
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	56
10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	57
11) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	59
12) – INVESTIMENTOS.....	59
13) – IMOBILIZADO	65
14) - INTANGÍVEL	69
15) – FORNECEDORES.....	70
16) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	71
17) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	72
18) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	76
19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	76
20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	79
21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80
22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	82
23) – RECEITA DE USO DA REDE	82
24) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	83
25) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	83



Geração e Transmissão S.A.

26) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	85
27) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	86
28) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	87
29) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	89
30) – SEGUROS.....	94
31) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	95
32) – EVENTO SUBSEQUENTE	96
33) - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO	97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE99

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....101

PARECER DO CONSELHO FISCAL.....103

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....104

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES..105

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

Senhores acionistas,

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Cemig GT teve um ano de 2009 de extraordinárias realizações. Ampliamos significativamente a nossa posição no setor de transmissão, com a aquisição de participações na TAESA-Transmissora Alterosa de Energia Elétrica e em três parques eólicos no Ceará, representando investimentos superiores a R\$1,2 bilhão. Esses investimentos consolidam a Cemig GT como uma das principais empresas no setor de geração e transmissão do Brasil e da América Latina.

É necessário destacar, em primeiro lugar, que essa expansão foi cuidadosamente planejada e consta do nosso Plano Diretor, sempre como o foco na orientação de crescer com sustentabilidade, ou seja, fazer uma expansão com rentabilidade, mantendo a solidez de nosso balanço e ampliando a nossa posição no cenário de energia elétrica do Brasil e com a firme posição de agregar valor para os nossos acionistas.

Em segundo lugar, cabe destacar que esse feito foi conseguido com êxito, em que pese o cenário caótico de crise que abalou as economias mundial e do Brasil no primeiro semestre de 2009. Cientes de que o momento era de oportunidade, a Cemig GT agiu com ousadia, mas sem perder, em nenhum momento, a responsabilidade de fazer negócios com a perspectiva de retorno seguro para a companhia e seus acionistas.

Como dissemos, iniciamos o exercício sob os efeitos da crise internacional e deterioração das condições macroeconômicas, com a conseqüente restrição no crédito para as empresas, demanda interna mais fraca, queda no PIB e retração nos investimentos.

Nesse contexto de insegurança nossas operações foram afetadas. Observamos, por exemplo, uma redução em nosso mercado de consumidores livres. Conseguimos compensar a redução das operações de nossos consumidores industriais, através do aumento na venda para Distribuidoras no mercado regulado, em contratos de curto prazo e a preços mais vantajosos. Em função da nossa estratégia, o nosso faturamento cresceu mais de 16%.

Todos os contratos de nossa Companhia têm cláusulas de "take or pay" que asseguram a estabilidade de sua receita, mas nossas ações comerciais levaram à recolocação da energia contratada e não utilizada pelos nossos clientes livres, trazendo mais resultados para a Companhia e reforçando nossa vocação para suprir soluções em energia.

Esses resultados demonstram o sucesso da nossa atividade de comercialização e fazem da Companhia a maior fornecedora de energia para o mercado de consumidores livres do Brasil.

Outro ponto a ser ressaltado é o nosso esforço na busca de redução dos custos operacionais. Continuamos com o Programa de Eficiência Operacional e com a implementação de iniciativas que contribuirão para melhorar nossas margens de rentabilidade nos próximos anos e para ampliar a geração de valor para os acionistas.

Entre as principais medidas adotadas, destacamos os programas de demissão incentivada, implementados em 2008 e 2009 e que contaram com a adesão de mais de 350 empregados. Essa diminuição no quadro de empregados terá um efeito positivo e permanente nas despesas e nos resultados da Companhia já a partir de 2010.

Em função dessas medidas, conseguimos superar a crise internacional e encerramos o ano com um lucro de 1.309 milhões, um significativo aumento de 32,7% em relação a 2008. Da mesma forma, a geração de caixa foi de R\$ 2,4 bilhões, medida pelo Lajida, e apresentou uma variação positiva de 24,8% em relação a 2008.

Tais resultados evidenciam que, em um cenário macroeconômico de menores incertezas, a Companhia está preparada para crescer de forma sustentável, mantendo o compromisso previsto no seu planejamento de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional.

Para dar suporte aos nossos planos, investimos, durante o ano, o expressivo montante de R\$1.9 bilhão, devendo-se destacar, entre outros, a aquisição da participação acionária em conjunto com um fundo de investimentos de 65,85% na Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica (antiga Terna Participações), holding de transmissão de energia, que representou um marco para a Companhia em vários sentidos.

De início, deve ser lembrado que, em função dessa aquisição, adicionamos 1.199 km de linha de transmissão ao nosso portfólio. Ressaltamos a inovadora estrutura de recursos para aquisição da Taesa, que contou com um Fundo de Investimentos em Participações - FIP, que tem entre os seus quotistas Fundos de Pensão e Instituições Financeiras, que enxergaram na parceria com nossa empresa uma fonte segura de ganhos para seus participantes e acionistas.

Adicionalmente, está prevista uma oferta pública de aquisição de ações em circulação da Taesa, ainda no 1º semestre de 2010, o que deverá aumentar a nossa participação acionária na empresa.

Em consonância com a tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia para o futuro, cabe mencionar a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará pelo valor de R\$ 223 milhões, com capacidade de geração de 99 MW. Ainda na área de geração, cabe destacar a entrada em operação da Hidrelétrica de Baguari, projeto implantando em parceria com Furnas e Neoenergia, e que se destaca pelo baixo impacto ambiental e alta eficiência.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência, e também dos nossos acionistas indiretos, através da nossa controladora, mais de 100 mil espalhados por todos os continentes. Crescemos em 2009 de forma extraordinária, e na mesma proporção, também aumenta a nossa responsabilidade de manter o nosso foco em resultados melhores, de forma sólida consistente e sustentável.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2009 foi impactado pelos reflexos da crise financeira internacional iniciada em 2008, mas a partir do 2º semestre foi iniciada a recuperação da economia, embora alguns indicadores ainda não tenham voltado aos níveis verificados antes da crise. O PIB brasileiro apresentou uma retração de 0,2%. Apesar disso, o Brasil entrou em 2010 com o reconhecimento internacional pela capacidade de enfrentar a crise com sucesso, sinalizando com a continuidade do bom desempenho econômico verificado nos últimos anos. Para enfrentar a crise o Governo Brasileiro, entre outras medidas, reduziu impostos em determinados setores da economia e o volume dos depósitos compulsórios, o que contribuiu para uma expansão do crédito e a reversão da tendência de queda dos indicadores econômicos.

Apesar da recuperação do setor industrial e da postura brasileira frente à crise internacional, as exportações brasileiras foram negativamente impactadas, com redução de aproximadamente 23% frente à verificada no ano anterior, fato também verificado nas importações. Como consequência, a balança comercial fechou o ano de 2009 com um superávit de R\$24,6 bilhões, 1,4% menor que o registrado em 2008.

Para o ano de 2010 as estimativas apontam para um crescimento econômico aproximado de 5% no PIB brasileiro. Essa tendência é puxada pelas empresas voltadas para bens de capital, principalmente a construção civil. As oportunidades de crescimento na economia brasileira serão alavancadas pelos investimentos nas reservas petrolíferas do Pre-Sal e pelas necessidades de investimentos na preparação da infraestrutura para a copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016. Os principais setores da economia afetados serão turismo e hotelaria, com reflexos nos demais setores e contribuindo para geração de novos empregos.

A expectativa de crescimento da economia brasileira previsto para os próximos anos terá um impacto direto no consumo de energia elétrica. Nesse sentido, grandes serão os desafios para o setor elétrico, no que se refere aos investimentos requeridos, especialmente no setor de geração, de forma a garantir o crescimento da economia brasileira de forma sustentável.

A CEMIG GT

A Cemig GT é uma empresa mista de capital aberto, subsidiária integral da CEMIG – Companhia energética de Minas Gerais.

Foi constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

É uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil. A Companhia possui ampla experiência no projeto e construção de instalações elétricas, desde grandes usinas até pequenas unidades solares para atendimento aos consumidores das localidades remotas. Esta experiência fez com que investidores se juntassem a ela para o desenvolvimento de novos projetos de geração, acelerando assim a expansão da capacidade existente para permitir o atendimento da demanda de eletricidade.

Governança Corporativa

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2009, foram realizadas 25 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2009 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura interna de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Companhia, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos. Destes, destacamos:

- Comitês de priorização do orçamento - tem por finalidade assessorar nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos e outros projetos em geral das Empresas e áreas de negócio;
- Comitê de crédito - tem caráter permanente e a finalidade de estabelecer e resguardar o cumprimento das políticas e diretrizes relativas a procedimentos financeiros e comerciais;
- Comitê de gerenciamento de riscos de energia – tem a finalidade de propor para aprovação da Diretoria Executiva e ou Conselho de Administração políticas e procedimentos com o objetivo de minimizar os riscos nas contratações de compra e venda de energia;

Transmissão

A Cemig GT pretende ser um dos maiores *players* da transmissão no Brasil, além de ser a empresa de transmissão mais eficiente.

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional. A previsão do mercado para os próximos anos é de crescimento ainda mais acelerado, com a complementação da integração dos grandes projetos de geração no Norte do País ao sistema interligado nacional.

O ambiente de competição e a expansão do sistema com leilões de linhas trouxe um novo olhar para o setor de transmissão. “A Cemig GT seguiu a tendência do mercado, buscando oportunidades de crescimento com agregação de valor, através da participação em empresas transmissoras, merecendo destaque a aquisição em 2009 de participação na Taesa.

NOSSA ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico é pautado no Plano Diretor previsto para o período 2005/2035. Em 2009, a nova visão de futuro da Companhia foi definida pelos principais envolvidos na governança e gestão da empresa: conselheiros, diretores e superintendentes.

A nova visão de futuro da Cemig, controladora da Cemig GT, é: “Estar, em 2020, entre os dois maiores grupos de energia do Brasil em valor de mercado, com presença relevante nas Américas e líder mundial em sustentabilidade do setor”.

A Cemig GT, dentro dessa visão, mantém o foco em ampliar sua participação no mercado de energia elétrica no território nacional, dentro dos limites regulatórios e incrementar o processo de internacionalização.

A Companhia busca a geração de valor para seus acionistas e a sociedade, com responsabilidade social e ambiental. Além disso, possui uma política consistente de distribuição de dividendos, definida pelo Plano Diretor e seu portfólio equilibrado de negócios permite uma adequada gestão de riscos empresariais.

Assim, a Cemig GT quer ser referência de crescimento no setor elétrico, buscando constantemente as oportunidades de aquisição de novos ativos, o aumento da participação nos leilões da expansão de geração e de transmissão e a eficiência operacional dos ativos.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Comercialização de Energia Elétrica

Leilões de Energia Elétrica

A participação da Cemig GT nos leilões do ambiente de contratação regulada teve como grande destaque a venda efetuada no 9º Leilão de Ajuste, ocorrido em fevereiro de 2009. Esta modalidade de certame tem por objetivo complementar a disponibilidade de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição até o limite de 1% deste requisito. Excepcionalmente, para o ano de 2009, a ANEEL estabeleceu o limite de 5% da carga total contratada pelos agentes de distribuição.

A estratégia adotada de renegociação de contratos de seus clientes livres, aceitando devoluções de energia face à redução de consumo provocado pela retração econômica, possibilitou à Cemig GT uma maior disponibilidade para atuar no leilão, constituindo-se no maior vendedor considerando tanto a receita quanto o volume comercializado e com impactos positivos relevantes no resultado de 2009 da Companhia.

Essa iniciativa propiciou, também, uma satisfação aos clientes livres da Companhia que tiveram a oportunidade de devolverem a sua energia não consumida em condições financeiras melhores do que aquelas que teriam na liquidação compulsória no mercado de curto prazo, conforme prevê as atuais Regras de Comercialização. A tabela abaixo demonstra os números da Cemig GT no certame:

Prazo	Volume (MWh médios)	Preço(R\$/MWh)	Receita total (R\$ MIL)
04 meses	80,05	145,59	102.095
07 meses	181,90	145,79	232.299
Total:	261,95	145,73	334.394

A Cemig Geração e Transmissão S.A. promoveu no ano de 2009 um total 48 leilões, entre compras e vendas de energia, comercializando um volume de 19.044 GWh e participou de um total de 37 leilões de compra e venda de terceiros, comercializando um volume de 335.360 GWh. Desta maneira a Companhia comercializou um volume total de 354.404 GWh.

Energia (GWh)		Leilões	
Próprio – Curto Prazo	2.403	Próprio – Curto Prazo	15
Próprio – Longo Prazo	16.641	Próprio – Longo Prazo	33
Total Próprio	19.044	Total Próprio	48
Terceiros – Curto Prazo	5.022	Terceiros – Curto Prazo	12
Terceiros – Longo Prazo	330.338	Terceiros – Longo Prazo	25
Total Terceiros	335.360	Total Terceiros	37
Total Geral	354.404	Total Geral	85

A estratégia de atuação da Cemig Geração e Transmissão S.A. nos leilões de energia do Ambiente de Contratação Livre está embasada por premissas estabelecidas pela companhia, como uma curva de preços futuros aprovada e pelo Balanço Estrutural de Energia, o qual define a disponibilidade a ser direcionada para os agentes deste mercado.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Lucro do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2009, um lucro líquido de R\$1.309 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$986 milhões no exercício de 2008, representando um aumento de 32,76%.

Receita Operacional

	2009	2008	Var %
Fornecimento bruto de energia elétrica	3.562	3.154	12,94
Consumidores finais	1.765	1.934	(8,74)
Suprimento a outras concessionárias	1.660	1.084	53,14
Transações com energia na CCEE	133	136	(2,21)
Vendas no Proinfa	4	-	-
Receita de uso da rede	852	617	38,09
Outras	25	30	(16,67)
	4.439	3.801	16,79

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.562 milhões em 2009, comparados a R\$3.154 milhões em 2008, representando um aumento de 12,94%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 30,71% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais em função de contratos dos leilões de ajuste de energia elétrica e de energia nova, com tarifa média de R\$125,00 a R\$145,77. Dessa forma a receita com energia vendida foi de R\$1.660 milhões em 2009 comparados a R\$1.084 milhões em 2008, um aumento de 53,14%.

Em contrapartida, ocorreu uma redução de 16,05% no volume de energia vendida para os consumidores livres, 16.423 GWh em 2009 comparado a 19.562 GWh em 2008, efeitos da crise internacional sobre a demanda de energia em 2009. A venda de energia foi de R\$1.765 milhões em 2009 comparados a R\$1.934 milhões em 2008, uma redução de 8,74%. Parte dessa redução foi compensada em função do reajuste nesses contratos em relação ao ano anterior, na maior parte, indexados a variação do IGP-M.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de uso da rede foi de R\$852 milhões em 2009 comparados a R\$617 milhões, um aumento de 38,09% em decorrência da receita extraordinária, no valor de R\$158 milhões, referente a revisão tarifária da atividade de transmissão da Companhia reconhecida em junho de 2009.

Mais explicações, vide nota explicativa nº 8 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$910 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$863 milhões no exercício de 2008, um aumento de 5,45%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$26 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$34 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 23,53%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$29 milhões no exercício de 2009 comparados a R\$37 milhões no exercício de 2008, uma redução de 21,62%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Custos e despesas operacionais	2009	2008	Var %
Pessoal	309	260	18,85
Obrigações Pós-Emprego	29	48	(39,58)
Materiais	16	17	(5,88)
Matéria-Prima e Insumos	4	70	(94,29)
Serviços de Terceiros	151	114	32,46
Depreciação e Amortização	236	224	5,36
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	140	127	10,24
Reversões (Provisões) Operacionais	(16)	1	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	275	272	1,10
Energia Elétrica Comprada para Revenda	149	13	1.046,15
Outras Despesas Líquidas	69	91	(24,18)
	1.362	1.237	10,11

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2009 foi de R\$149 milhões comparados a R\$13 milhões no exercício de 2008, um aumento de 1.046,15%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia em 2009 relacionada à atividade de comercialização.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2009 foi de R\$309 milhões, comparados a R\$260 milhões no exercício de 2008, um aumento de 18,85%. Este resultado decorre principalmente dos reajustes salariais de 4,88% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2008 e 2009, respectivamente e provisão referente ao Programa Prêmio de Desligamento – PPD, no montante de R\$41 milhões em 2009, parcialmente compensados pela redução de 5,77% no número de empregados em 2009. Em 2008 a Cemig Geração e Transmissão possuía 2.166 empregados, reduzindo para 2.041 em 2009. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 25 às Demonstrações Contábeis.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros no exercício de 2009 foi de R\$151 milhões, comparados a R\$114 milhões no exercício de 2008, um aumento de 32,46%, com as principais variações nos gastos com meio ambiente, consultoria referente à contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos e gastos com serviços advocatícios pelo êxito no processo do Imposto Territorial Rural sobre áreas alagadas.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego no exercício de 2009 foi de R\$29 milhões, comparados a R\$48 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 39,58%. Esta despesa representa basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Geração e Transmissão, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução dessa despesa em 2009 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2008 que implicaram em uma redução nas obrigações líquidas da Companhia.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

Esta despesa foi de R\$4 milhões no exercício de 2009, comparados a R\$70 milhões no exercício de 2008, representando uma redução de 94,29%. A redução decorre do fato de que em 2008 houve compra de combustível para a Usina de Igarapé, que entrou em operação em função do baixo nível de água nos reservatórios e para atendimento de demanda de energia para a Argentina.

Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

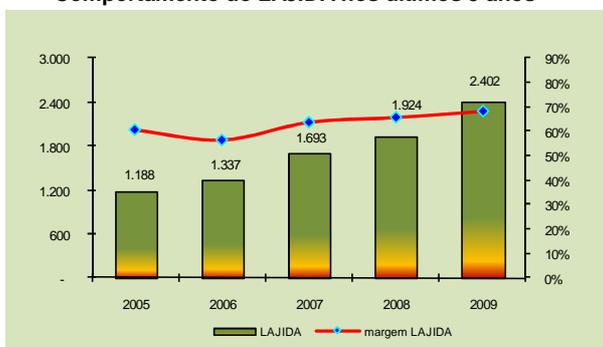
Conforme pode ser verificado na tabela abaixo, o LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 24,84%, que ajustado aos itens não recorrentes apresentou um aumento de 16,05%.

Em R\$ milhões	2009	2008	Var %
Lucro Líquido	1.309	986	32,76
+ Provisão IR e C. Social	566	383	47,78
+ Resultado Financeiro	236	245	(3,67)
+ Amortização e Depreciação	236	224	5,36
+ Participação dos Empregados no Resultado	55	86	(36,05)
= LAJIDA	2.402	1.924	24,84
Ajustes não recorrentes (*)			
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica n°214/2009	(158)	-	-
+ Programa Prêmio de Desligamento – PDV/PPD	41	14	192,86
- Recomposição Tarifária Extraordinária – Resol. Normativa n°387	(36)	-	-
= LAJIDA AJUSTADO (Não auditado)	2.249	1.938	16,05

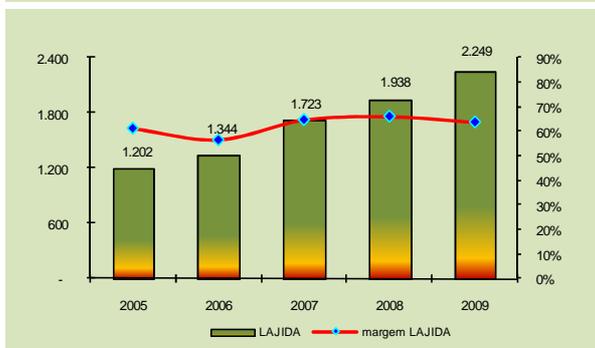
(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, o LAJIDA apresentou crescimentos constantes até 2009.

Comportamento do LAJIDA nos últimos 5 anos



LAJIDA ajustado aos itens não recorrentes nos últimos 5 anos



Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício de 2009 foi uma despesa financeira líquida de R\$236 milhões, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$245 milhões no exercício de 2008, uma redução de 3,67%. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Aumento de 19,71% na receita de aplicações financeiras, R\$ 25 milhões, em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2009.
- ❑ Reversão de provisão para perda de energia livre no montante de R\$8 milhões em 2009, comparados a uma provisão de R\$19 milhões em 2008. A reversão de provisão de 2009 decorre de ajuste na previsão de recebimento dos créditos da RTE.
- ❑ Perdas líquidas com variações cambiais em 2009, no montante de R\$14 milhões, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, comparados a perdas líquidas de R\$39 milhões em 2008, advindos basicamente de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao dólar norte-americano e ao lene. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar e ao lene em 2009 comparada a uma desvalorização em 2008. No exercício de 2009, o dólar e o lene apresentaram uma desvalorização de 25,49% e 27,13%, respectivamente comparada a uma valorização de 31,94% e 62,89%, respectivamente em 2008. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.
- ❑ Redução de 43,48% na receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico (R\$13 milhões em 2009 comparadas a R\$23 milhões em 2008) devido à redução do ativo, em decorrência dos recebimentos dos valores em contas de energia elétrica.
- ❑ Redução de 70,59% com despesa com variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (R\$5 milhões em 2009 comparadas a R\$17 milhões em 2008). Essa redução decorre principalmente da menor variação do IGPM e do IPCA em 2009 em relação ao mesmo período em 2008.
- ❑ Redução de 40,38% em outras receitas financeiras (R\$31 milhões em 2009 comparados a R\$52 milhões em 2008). A maior receita em 2008 decorre principalmente da contabilização no mês de abril daquele ano do montante de R\$14 milhões referente a acordo de reparação de danos junto a empresa comercializadora, pelo não fornecimento de energia contratada no período de janeiro a março de 2008.
- ❑ Aumento de 55,10% em outras despesas financeiras em função de multas no valor de R\$31 milhões contabilizadas no mês de setembro de 2009 devido a rescisão de contrato com consumidor livre. A energia disponível foi revendida a outros consumidores.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no exercício de 2009, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$566 milhões em relação ao lucro de R\$1.931 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,31%. No exercício de 2008, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$383 milhões em relação ao lucro de R\$1.455 milhões, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 26,32%. Essas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A Cemig Geração e Transmissão, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2009, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R\$55 milhões (R\$86 milhões em 2008). Mais explicações, vide nota explicativa nº 27 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício de 2009 somava R\$3.043 milhões em comparação a R\$862 milhões em 2008.

O caixa gerado pelas operações foi de R\$1.556 milhões em comparação a R\$1.047 milhões em 2008, sendo afetado positivamente em 2009 pelo maior lucro líquido ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o caixa, no valor de R\$1.555 milhões em comparação com a R\$1.243 milhões em 2008.

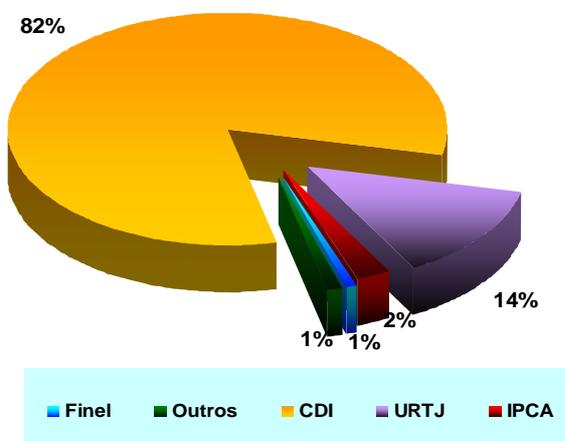
As atividades de financiamento representaram uma entrada líquida de caixa de R\$2.473 milhões, oriunda de empréstimos e financiamentos obtidos no montante de R\$3.917 milhões contra amortizações no valor de R\$594 milhões e pagamento de juros sobre capital próprio/dividendos no montante de R\$850 milhões.

Os investimentos foram de R\$1.847 milhões em 2009 em comparação a R\$260 milhões em 2008, relacionados principalmente as novas aquisições da Transmissora TAESA e das eólicas e das obras das usinas de Santo Antônio e de Baguari.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Foram captados pela Cemig GT R\$3.917 milhões, sendo R\$663 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões através de contratos celebrados com o BNDES e com a FINEP, para investimento na UHE Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$2.700 milhões através da emissão de Notas Promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$63 milhões, através de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Cemig GT, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas controladas.

Principais indexadores da dívida – 31/12/2009



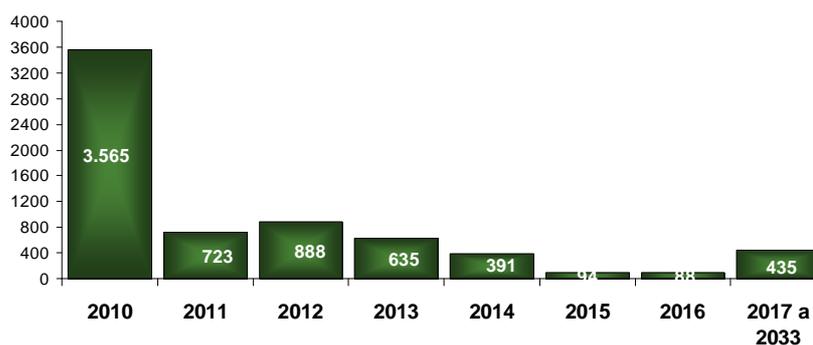
A posição da dívida de 0,2% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Companhia.

A grande concentração da dívida no CDI 82% decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a Cemig GT se beneficiou da redução contínua da taxa Selic proporcionada pela política monetária. A 3ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$2,7 bilhões, também contribuiu para essa concentração.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Companhia, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2009 (R\$ milhões)**



Deve ser ressaltado que o volume expressivo da dívida com vencimento em 2009 deve-se a captação de R\$2,7 bilhões através de notas promissórias que serão substituídas pelas debêntures emitidas em março de 2010 e com vencimento para 2012 e 2015, o que representa um escalonamento adequado da dívida da Companhia, perfeitamente ajustado a sua geração de caixa anual.

Outra diretriz da Companhia acerca de redução do custo médio da dívida tem sido atendida, verificando-se, no final do ano, uma taxa de 5,11% a.a. a preços constantes.

Os ratings da Cemig GT e suas principais controladas são como segue:

Classificações de risco – Cemig GT



A+.bra

Escala Nacional

Aa1.br
Baa3Escala Nacional
Escala GlobalbrAA-
BBEscala Nacional
Escala Global

Percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez.

Política de Proteção Cambial (Hedge)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial, que não é relevante, através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da CEMIG GT, líquidos de alienação de participação societária, foram de R\$1.901 milhões.

Novas aquisições

Aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos

Em 04 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e investimento de R\$ 223 milhões.

Com a concretização do negócio, a Cemig GT passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A Central Eólica Praias do Parajuru entrou em operação em agosto de 2009. A previsão de entrada em operação de Praia do Morgado e Volta do Rio é março de 2010.

Aquisição da Terna

A Cemig GT comprou aproximadamente 85,27% do capital votante, e cerca de 65,86% do capital total da Terna Participações.

Em novembro de 2009, a Cemig GT passou a ser detentora de 49,00% da Transmissora Atlântico de Energia Elétrica, empresa que recebeu a transferência das ações de titularidade da Terna (65,86% do capital total).

Em dezembro de 2009, a Transmissora Atlântico foi cindida parcialmente e parte de seu ativo foi para a Transmissora Alterosa de Energia e parte sofreu incorporação reversa, ficando com a Transmissora Aliança (TAESA).

A TAESA detém a Transmissora Sudeste Nordeste; Novatrans Energia; Empresa de Transmissão de Energia do Oeste; Empresa de Transmissão do Alto Uruguai; Brasnorte Transmissora de Energia e Terna Serviços, que juntas possuem mais de 3.330 quilômetros de linhas de transmissão construídas e 386 quilômetros de linhas em construção.

Revitalização do parque gerador da Cemig GT

A Cemig GT vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização, sendo destacados os recursos utilizados em 2009 na revitalização da Usina Térmica de Igarapé e Três Marias, com investimentos de aproximadamente 80 milhões.

Também foi iniciado em 2009 o planejamento de revitalizações de 10 unidades geradoras sendo 4 da Usina de Volta Grande e 6 da Usina de São Simão, com realização prevista para 2010 a 2018.

Programa de Repotenciação

Visando a expansão de geração através da exploração de forma mais eficiente dos ativos existentes, foi estruturado o programa de repotenciação de PCHs, que encontram-se em fase de elaboração dos estudos. No programa foram identificadas 19 PCHs da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Plano Diretor de Automação

Com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, a Cemig GT está implantando o Plano Diretor de Automação, ampliando o nível de automação de suas instalações de geração, com objetivo de implantar a teleassistência plena das grandes usinas pelo Centro de Operação do Sistema – COS. Em 2009, rigorosamente dentro do prazo e entregando 2 usinas além do previsto no Plano original, 5 PCH passaram a ser assistidas pelo COS: Marmelos, São Bernardo, Xicão, Gafanhoto e Anil.

O investimento plurianual total na automação das usinas das grandes e pequenas usinas é da ordem de R\$ 17 milhões.

Em Transmissão

A rede de transmissão da Emissora compõe-se de linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira. A Cemig GT transmite tanto a energia gerada em suas usinas como a energia comprada de Itaipu, do Sistema Interligado e de outras fontes.

Plano Diretor de Automação na Transmissão

No ano de 2009, nove subestações passaram a operar na modalidade de teleassistência pelo COS, conforme modelo do Plano Diretor de Automação: Baguari, Emborcação, Lafaiete 1, Juiz de Fora 1, Várzea da Palma 1, Montes Claros 2, Itabira 2, Itajubá 3 e Ipatinga 1. No total, atualmente, há quinze subestações operando de acordo com este modelo.

Com a implementação do telecontrole nas SE Emborcação, Itajubá 3 e Várzea da Palma 1, o COS passou a controlar remotamente todas as subestações operadas pela Cemig Geração e Transmissão S.A., num total de 33 instalações.

Investimentos em Subestações e Linhas de Transmissão

Principais empreendimentos em construção:

Empreendimentos	Participação CEMIG GT	Investido até 2009 R\$ milhões	Início previsto da operação
LT EBTE	49,00%	77	2º sem/2010
LT Pirapora 2-Várzea da Palma 1	100,00%	3	1ºsem/2010
SE Barreiro	100,00%	4	2ºsem/2010
SE S. G. do Pará	100,00%	11	1ºsem/2010
SE Jaguará	100,00%	9	1ºsem/2010
SE Cons. Lafaiete	100,00%	7	1ºsem/2010

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2010 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.309 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.228 milhões (94% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$65 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$16 milhões serão destinados a Reserva de Retenção de Lucros para garantir os recursos dos investimentos já aprovados pela Administração.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2009 R\$ mil	% em relação à auditoria	2008 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	510	100,00	207	100,00
Outros Serviços	2	0,39	76	36,71
Total Geral	512	100,39	283	136,71

Os serviços adicionais foram aprovados pelo Conselho de Administração, e não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos inerentes às atividades empresariais da Cemig GT são avaliados por sua probabilidade de ocorrência e por seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor.

A Companhia atua sobre os riscos: (I) diminuindo seu impacto e/ou sua probabilidade mediante o refinamento dos controles; (II) implementando planos de ação; (III) transferindo-os por meio de contratação de seguros de patrimônio; (IV) aceitando-os (devido à efetividade do ambiente de controles e ao nível permitido de exposição financeira) ou; (V) evitando-os, saindo do negócio.

A implantação da gestão de riscos corporativos ocorreu em 2003 e vem sendo continuamente aprimorada. A gestão é feita por processos e está alinhada ao Plano Diretor e ao planejamento estratégico, sendo gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e monitorada de forma centralizada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

Certificação dos Controles Internos

A Cemig GT, como controlada da CEMIG, foi certificada em 2009, sem ressalvas, nos seus Controles Internos dos Relatórios Financeiros, relativa ao exercício social de 2008, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig GT, a partir de uma análise e revisão do mapeamento de riscos nos processos, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles suportados pela tecnologia da informação, conforme as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e com base nos critérios do "Public Company Accounting Oversight Board" (PCAOB), do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso) e do Control Objectives for Information and Related Technology (Cobit)

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

Para a certificação de 2009, a ser concluída em 2010, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado pela Auditoria Externa o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, desse exercício.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig GT adota a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://ri.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Companhia no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

Cada representante da Companhia (empregados, gerentes e administradores), no ato da posse do cargo ou no momento da celebração do contrato de trabalho, presta compromisso solene e assina declarando conhecer, observar e acatar os valores e princípios constantes da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da Cemig GT.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades relativas à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional é monitorado pela Comissão de Ética da Cemig GT.

A Comissão de Ética, composta por um grupo de gerentes da Companhia, é a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas irregulares contrárias ao interesse da Companhia, tais como:

Fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da Cemig GT – Canal de Denúncia Anônima.

GESTÃO TECNOLÓGICA

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig GT tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica.

Tecnologia de Geração Distribuída

A Geração Distribuída – GD - é a produção de energia de forma descentralizada no próprio local ou próximo de onde essa energia é utilizada. Possui como vantagens a redução de custos de transmissão e distribuição, o aproveitamento de recursos renováveis locais, o aumento da eficiência pela co-geração (geração de energia elétrica combinada com aproveitamento de calor), confiabilidade, dentre outras.

A Cemig GT estuda, em parceria com universidades e centros de pesquisa, as melhores opções de atendimento aos seus consumidores utilizando novas tecnologias de geração distribuída, dos quais se destacam as células a combustível, gaseificadores de biomassa, motores stirling, microturbinas a biodiesel e sistemas de tri-geração (geração simultânea de calor, frio e energia elétrica).

Biomassa

No setor elétrico, a biomassa torna-se uma alternativa promissora, se destacando a co-geração no setor sucro-alcooleiro e na siderurgia a carvão vegetal. Além incentivar a cogeração nesses segmentos, a Cemig GT pesquisa e desenvolve outros projetos de P&D tais como produção de biogás de aterros sanitários, biodigestores de resíduos da atividade pecuária, utilização de óleos vegetais e álcool em sistemas destinados à geração de energia e micro-turbina utilizando serragem. Realizou, também, o levantamento do potencial de geração de energia elétrica utilizando biomassa florestal e pesquisas de densidades de plantio e rotação de florestas energéticas.

Ressalta-se, em 2009, o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias para geração de eletricidade por meio de gases de carvoeira e de resíduos do cultivo de florestas energéticas e da produção de carvão vegetal. Também está em andamento o projeto de geração de energia a partir de gaseificação de biomassa para acionamento de células a combustíveis.

Biodiesel

A Cemig GT fomenta o desenvolvimento de tecnologias para produção e uso de biodiesel por meio de projetos de pesquisa e parcerias com outros órgãos do Estado. Dessa forma, construiu o Laboratório de B combustíveis, em parceria com o CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel.

Em 2009, foi finalizado o projeto “Produção de biodiesel para geração de energia elétrica com microturbinas e motores estacionários” e foram iniciados os testes em uma caminhonete da frota CEMIG, utilizando biodiesel B100. Encontra-se em fase de contratação um projeto de avaliação de sistemas de geração distribuída a biodiesel.

Hidrogênio e Células a Combustível

A Cemig GT investe em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de produção de hidrogênio e de células a combustível por que acredita nas suas vantagens potenciais: alta eficiência, capacidade de armazenagem de combustível, modularidade, baixo nível de ruído sonoro e confiabilidade.

Dessa forma, a Companhia construiu um laboratório para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol. Desenvolve ainda, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (PEM) e de alta temperatura (SOFC), atuando no desenvolvimento de novos materiais e elementos das células.

Em 2009, foi construído um protótipo de célula SOFC de 50W e concluído o projeto de hidrogênio por eletrólise e reforma de etanol. Também está em andamento o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa para acionamento de células combustíveis SOFC.

Energia Eólica

Além do investimento em 2009 na aquisição de três parques eólicos no Ceará, a Cemig GT finalizou o Mapeamento do Potencial Eólico de todo o estado de Minas Gerais, onde também estão sendo identificados os locais promissores para a implantação de novos empreendimentos.

Pioneira no setor, a Cemig GT foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, em 1994. Atualmente, a Companhia desenvolve, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Veículo Elétrico

Redução do uso de combustíveis fósseis, melhoria da qualidade do ar em centros urbanos, melhor aproveitamento da infra-estrutura do setor elétrico, um novo nicho de mercado. Estes são alguns fatores que justificam o empenho da Cemig GT no desenvolvimento de veículos movidos a energia elétrica. Em 2009, a Cemig GT incorporou à sua frota e testou quatro automóveis Palio Weekend, obtidos por meio de parceria com a Itaipu Binacional e com a Fiat Automóveis, que construiu os protótipos. A Companhia avalia o desenvolvimento, aquisição, e testes de outros veículos, tais como ônibus e caminhões, e outros automóveis.

Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento

O programa conta com a parceria da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que divulga as nossas demandas para a captação de propostas. Essas propostas são analisadas posteriormente pelo corpo técnico da Cemig GT, os chamados Fóruns Tecnológicos. Além da FIEMG, uma extensa rede de parceiros executa e desenvolve os projetos de P&D desde os protótipos de tecnologias de ponta até o licenciamento de produtos com potencial mercadológico.

Os mais de 80 projetos que estiveram em andamento em 2009 foram responsáveis pela realização de aproximadamente R\$4 milhões. Além disso, foram selecionados 58 projetos novos totalizando aproximadamente R\$24 milhões que serão realizados a partir de 2010.

Em 2009 também foram analisadas mais 265 propostas de projetos para compor um novo ciclo do programa de P&D que serão priorizados pelos Fóruns Tecnológicos a partir de 2010. O valor previsto para esse portfólio é da ordem de R\$17 milhões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como Companhia prestadora de serviços públicos, a relação com as comunidades onde atuamos não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social. Iniciativas concretas, como o programa Energia do Bem, fruto de parceria entre a Cemig GT, Governo do Estado, Secretaria de Estado de Desenvolvimento - Sedese e Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas que irá beneficiar e propiciar conforto e economia para entidades de assistência social em todo o Estado. Demonstrem, na prática, que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

Um grande exemplo é o Projeto Conviver que tem o objetivo de promover o acesso à devida prestação dos serviços e orientar quanto ao uso correto, eficiente e seguro da energia, adequando o valor da conta à capacidade econômica dos clientes das comunidades populares. As ações e medidas de eficiência energética implantadas visam a conscientização e mudança de hábitos, a utilização de equipamentos eficientes e o consumo consciente para evitar o desperdício de energia elétrica. O Conviver também contribui para aumentar e melhorar a integração e convivência da Cemig GT com as comunidades atendidas, procurando solucionar pendências relacionadas à conta de luz.

O Projeto Conviver, que já atendeu 50 mil residências nos últimos 2 anos, está ampliando suas ações para outras 100 mil famílias que vivem em 98 comunidades populares.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Companhia, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Companhia atua.

Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/CEMIG, empregados terceirizados e parceiros dos municípios.

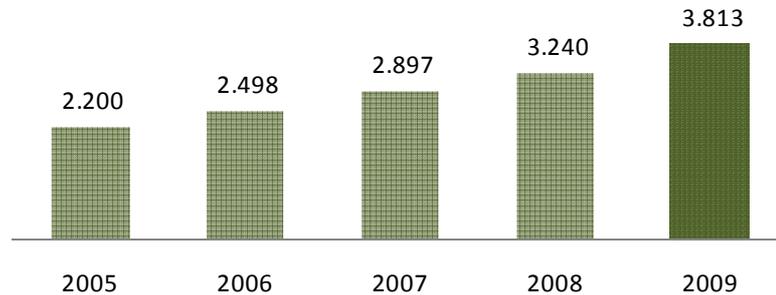
Como exemplo de parcerias estabelecidas pela Companhia, para beneficiar a população do Estado temos o Projeto Papai Noel dos Correios que em dezembro de 2008 e 2009 mobilizou, além dos empregados, toda a população do Estado através de aviso nas contas de energia, o que fortaleceu sensivelmente o resultado final do projeto.

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Companhia é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's.

Valor Adicionado

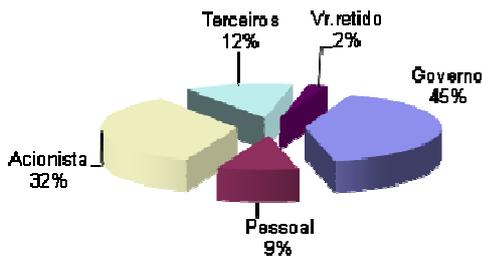
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$3.813 milhões de valor adicionado em 2009 em comparação a R\$3.240 milhões em 2008.

Valor Adicionado de 2005 a 2009

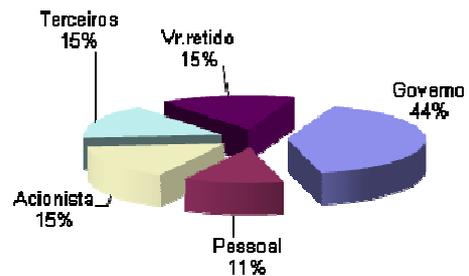


A distribuição do valor adicionado da Cemig GT entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2009 e 2008, superior a 44%.

Distribuição do Valor Adicionado em 2009



Distribuição do Valor Adicionado em 2008



Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela Cemig GT são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Companhia. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Com o objetivo de viabilizar o aproveitamento do potencial, know-how do corpo técnico, aliado aos interesses individuais e empresariais, propiciando expectativa de futuro profissional aos empregados, a Seleção Interna mostrou-se como um recurso fundamental na prática da Gestão de Pessoas. Essa prática é voltada para conciliar ações de valorização do capital humano com diretrizes estratégicas da organização nos níveis de realização de uma empresa do porte da Cemig GT, bem como a retenção de potenciais talentos, associando à melhoria do clima organizacional, motivação e produtividade.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

Dentro do Modelo de Gestão do Desempenho, foram identificadas as Competências de Liderança, e a partir da avaliação do nível de competência dos gestores, foi possível traçar um programa de desenvolvimento individual para cada gestor.

Para 2010 está previsto a realização do Programa Trilhas Internacionais, a ser ministrado pela Fundação Dom Cabral – FDC, que mantém aliança internacional com a escola The Business School for the World – INSEAD - França, reconhecida pela abordagem inovadora e pela sua capacidade de transformar as organizações através da educação de seus líderes, desenvolvendo visão empreendedora.

Gestão de Clima Organizacional

A Cemig GT, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a Pesquisa de Clima, realizada bianualmente que avalia não só o grau de engajamento dos empregados, como também a percepção destes quanto à gestão estratégica e a reputação externa da Cemig GT, o respeito com que ela trata seus empregados, o nível de autonomia e treinamento que estes recebem para realizar seu trabalho, entre outros - aspectos fundamentais para se criar um ambiente estimulante e desafiador.

A última pesquisa realizada pela Cemig GT foi em agosto de 2009, com a participação voluntária de 70% dos empregados. Os resultados estão sendo analisados e a partir das análises serão elaborados planos de ação visando a melhoria constante do clima organizacional da Cemig GT.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Alinhado à estratégia da Companhia de comprometer as pessoas com a cultura de segurança, em 2009 foi reformulado na intranet o Portal dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – Sesmt, a fim de disseminar as diretrizes contidas no Manual Técnico de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar - SSO&BE. Por meio da UniverCemig, parte das informações, orientações corporativas e treinamentos on-line encontrados no portal foram disponibilizados também para o público externo.



Cultura e Sociedade

O quadro final dos patrocínios socioculturais de 2009 reforçou a característica da Cemig GT como empresa comprometida com a sociedade, na medida de que todos os projetos de manutenção de espaços de educação permanente, como Museus, Bibliotecas e Teatros foram mantidos e também todos os festivais de extensão universitária.

Foram atendidas demandas em todos os segmentos da cultura e em cerca de 25 municípios de Minas, fora BH, e o Programa de Fomento ao Audiovisual "Filme em Minas 2009/2010", foi lançado e premiou 37 projetos.

Nos patrocínios culturais a Companhia utilizou leis de renúncia fiscal mas também financiou ações de manutenção com recursos próprio como : Manutenção do Palácio das Artes, do Museu Mineiro e da FAOP – Fundação Artística de Ouro Preto. A parceria com a Secretaria de Estado da Cultura resultou no convênio da Instalação do "Centro de Arte Popular Cemig", que virá a compor os "Circuitos Culturais da Praça da Liberdade" – ação estratégica do Governo de Minas.

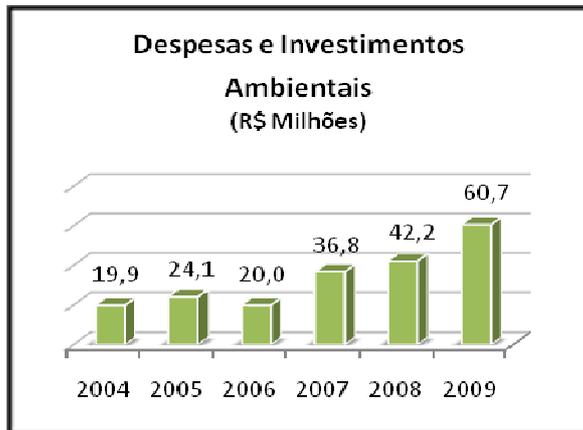
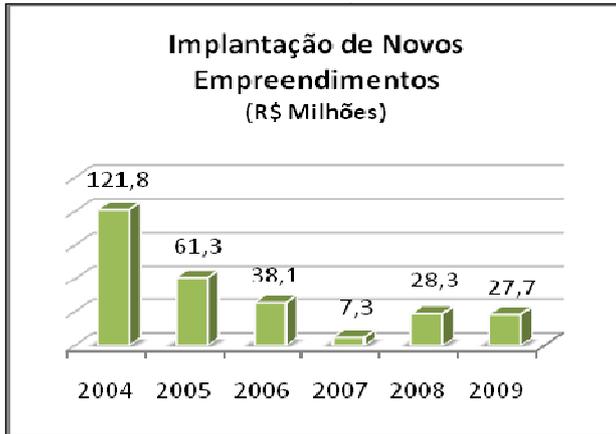
As palavras de ordem foram continuidade, alinhamento com a estratégia da Companhia nos atributos Reputação e dimensão social e criatividade e gerência de riscos no contexto da Crise. Dentro dessa contextualização ficou claro que as Decisões tomadas no âmbito sociocultural, deixaram de ser "atitudes de boa vontade" e tornaram-se estratégicas para a categorização e reconhecimento nacional.

Meio Ambiente

A Cemig GT possui uma Política Ambiental da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig GT e do mundo.

A Cemig GT desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais e os programas de preservação da flora e fauna, os programas direcionados à preservação de peixes e arborização urbana.

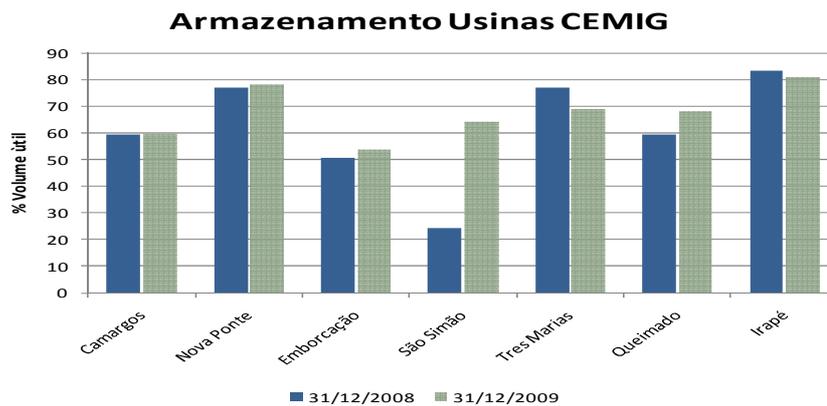
Conforme gráfico abaixo, percebe-se uma elevação dos recursos aplicados em despesas e investimentos ambientais, com à melhoria nos processos de adequação ambiental das instalações, bem como no monitoramento dos programas ambientais implementados.



Dimensão Ambiental

A Cemig GT realiza uma série de atividades que visam à sustentabilidade ambiental. Dentre elas está o Programa de Educação e Comunicação Ambiental junto às comunidades do entorno dos seus reservatórios, estudantes, pescadores, ONGs, pesquisadores e formadores de opinião. Com este trabalho estamos sempre buscando a preservação da biodiversidade da fauna, flora e melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas do Estado. A qualidade de água dos principais reservatórios são monitorados regularmente, em uma rede que contempla oito bacias hidrográficas de Minas Gerais e uma em Santa Catarina – Uruguai, 35 sub-bacias diferentes, perfazendo o total de 52 reservatórios e mais de 247 estações de coleta.

No gráfico abaixo pode ser observado o nível dos principais reservatórios de nossas usinas no exercício de 2009 comparado ao exercício de 2008.



Segurança de Barragens

O Plano de Monitoramento de Segurança de Barragens foi cumprido integralmente em 2009, tendo sido executados mais de 100 serviços, entre obras, estudos e projetos de manutenção de barragens, adequação da infra-estrutura de geração e adequação ambiental, com ênfase nos serviços de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas.

Inspeções especiais, com a participação de consultores e especialistas, foram realizadas nas usinas de Emborcação, Volta Grande, Lajes, Martins, Salto Morais, Santa Luzia e Piçarrão.

Em 2009, foram gerados os mapas de planície de inundação das usinas de Três Marias, Irapé, Volta Grande, Camargos e Itutinga. Os mapas de inundação para as barragens com elevado risco a jusante passaram a integrar os Planos de Ação Emergenciais preliminares, elaborados para o caso da ruptura hipotética de barragens.

Novos Empreendimentos

Foi inaugurada no dia 22 de outubro de 2009 a UHE Baguari. Esta usina destaca-se por apresentar menor impacto ao meio ambiente, uma vez que opera a fio d'água, com uma tecnologia que utiliza turbinas do tipo bulbo, que exigem menor área alagada para o funcionamento das máquinas. O reservatório da usina tem 16 km², uma das menores áreas de lago para essa capacidade de geração, com extensão de 22 quilômetros no Rio Doce e 5 quilômetros no Rio Corrente Grande. No local também foi construída uma escada de peixes para favorecer a transposição de espécies migradoras do Rio Doce para a área alagada. O monitoramento da ictiofauna na escada e a jusante irão apontar como as espécies nativas estão respondendo à implantação do mecanismo.

O licenciamento ambiental da hidrelétrica foi concedido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e seu Plano de Controle Ambiental - PCA foi constituído por 38 programas, sendo 9 para o meio físico, biótico e o socioeconômico. Entre os programas destaca-se a criação de 204 hectares de áreas de Preservação Ambiental.

No dia 9 de julho, foi inaugurada a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cachoeirão. Para este empreendimento, foi executado um plano de controle ambiental composto por vários programas socioambientais, similar ao que acontece com as grandes usinas.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes do meio ambiente. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2009, a Cemig GT obteve as licenças de operação corretiva dos Sistemas de Transmissão Regionais Sudeste e Triângulo, além da licença de operação da Usina Hidrelétrica de Baguari e do Parque Eólico Praias de Parajuru.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

A Cemig GT mantém o Programa Peixe Vivo, com o compromisso de aumentar esforços na busca e implantação de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes. Esse programa conta com uma equipe composta de profissionais das áreas de biologia, engenharia e comunicação social.

Em 2009, a Cemig GT promoveu a soltura de 397.443 mil alevinos de curimba, a espécie mais capturada por pescadores nos rios mineiros. Ao todo, foram soltos 513.656 mil alevinos nas bacias hidrográficas dos rios Grande, Paranaíba, Pardo e Jequitinhonha, totalizando 17,2 toneladas em 101 peixamentos, com o objetivo de repovoar rios e reservatórios no âmbito do Programa Peixe Vivo. A partir de outubro, as ações do Programa Peixe Vivo começaram a ser desenvolvidas também na Usina Hidrelétrica Irapé.

A Cemig GT foi escolhida como vencedora do 4º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, na categoria “Melhor Trabalho em Fauna e Flora”, concorrendo com o Programa Peixe Vivo. O Peixe Vivo, com esta premiação, coloca-se no cenário nacional como um programa de vanguarda na preservação de espécies da ictiofauna nativa em Minas Gerais.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Companhia possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 993 Kg de sementes de um total de 109 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig GT e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 297 mil mudas de espécies nativas distribuídas para ONGs e órgãos públicos e plantados 20 ha de matas no entorno de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga de aquíferos em parceria com EMATER, IEF e Associação dos produtores rurais locais.

Em relação à fauna, a Estação Ambiental de Peti desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama o projeto Asas – Área de Soltura de Animais Silvestres, recebendo, recuperando e reintroduzindo animais provenientes de apreensões realizadas pela Polícia de Meio Ambiente e Ibama. Em 2009, foram recebidos 798 animais de 68 espécies diferentes. Além dos animais recebidos, a estação ambiental ainda reproduziu, por meio do projeto Profauna, animais das espécies irerê, pato-selvagem, cutia, ananaí e mutum-do-sudeste. Ao todo, 416 animais foram devolvidos à natureza.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2009, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A Cemig GT conquistou em 2009 o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa), conferido à Companhia pela qualidade e clareza de suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2008, na categoria empresas de capital aberto com faturamento até R\$ 4 bilhões. A escolha deveu-se à apuração técnica e independente da Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras – Fipecafi, ligada à Universidade de São Paulo – USP, que analisaram balanços de 472 empresas que atuam no Brasil, em todos os setores da economia, considerando a qualidade, consistência e grau de transparência das informações, dos dados apresentados e do relatório da administração.

As demonstrações financeiras elaboradas com qualidade e transparência reduzem a percepção de riscos dos investidores, implicam em ganhos para a companhia no momento de captação de recursos e impactam positivamente no valor de suas ações.

Prêmio Brasil de Meio Ambiente

A Cemig GT conquistou o 4º prêmio Brasil de Meio Ambiente

Eolenidade ocorrida em 29 de janeiro de 2010 a Cemig GT foi escolhida como vencedora na categoria “Melhor Trabalho de Preservação em Fauna e Flora”, concorrendo com o Programa Peixe Vivo, criado em 2007 com o objetivo de preservar as espécies nativas de peixes nas bacias hidrográficas onde a Companhia tem usinas, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com a conquista, o Peixe Vivo coloca-se no cenário nacional como um programa de vanguarda na preservação de espécies da ictiofauna nativa do Estado de Minas Gerais.

Prêmio Internacional Puente de Alcântara

A Cemig GT conquistou o Prêmio Internacional Puente de Alcântara, concedido pela Fundação San Benito de Alcântara (Cáceres/Espanha), pela obra da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do Jequitinhonha. A premiação é um reconhecimento internacional pelos reflexos ambientais e sociais que a construção da usina gerou para a população de uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil. O prêmio foi entregue ao governador Aécio Neves em Madrid, na Espanha, em maio de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2009			2008		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			3.529.513			2.947.740
Resultado Operacional (RO)			1.931.244			1.455.230
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			251.372			220.776
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	14.741	5,86	0,42	14.692	6,65	0,50
Encargos sociais compulsórios	55.252	21,98	1,58	60.333	27,33	2,05
Previdência privada	29.332	11,67	0,84	48.017	21,75	1,63
Saúde	7.136	2,84	0,20	6.936	3,14	0,24
Segurança e medicina no trabalho	2.180	0,87	0,06	2.452	1,11	0,08
Educação	-	-	-	592	0,27	0,02
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.003	3,18	0,23	4.915	2,23	0,17
Creches ou auxílio-creche	401	0,16	0,01	398	0,18	0,01
Participação nos lucros ou resultados	55.332	22,01	1,58	86.296	39,09	2,93
Outros	3.771	1,50	0,11	3.560	1,61	0,12
Total - Indicadores Sociais Internos	173.148	68,88	4,95	228.191	103,36	7,74
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	517	0,03	0,01	981	0,07	0,03
Cultura	16.606	0,87	0,48	12.612	0,87	0,43
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	-	-	-	41	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	17.123	0,90	0,49	13.634	0,94	0,46
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.638.816	86,25	46,89	1.374.220	94,43	46,62
Total - Indicadores Sociais Externos	1.655.939	87,15	47,38	1.387.854	95,37	47,08
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia	63.000	3,32	1,80	54.943	3,78	1,86
Investimentos em programas e/ou projetos externos *	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	63.000	3,32	1,80	54.943	3,78	1,86
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			2.041			2.166
Nº de admissões durante o período			-			2
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			83			78
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			816			800
- 2º Grau			1.068			1.169
- 1º Grau			119			197
- Até 1º Grau incompleto			64			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			951			974
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			301			327
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			12,50%			10,53
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			619			674
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			-			7,89
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			8			8
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			16,85			ND
Número total de acidentes de trabalho			26			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Companhia foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2009:	3.812.936		Em 2008:	3.240.472	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	43,92% governo 32,20% acionistas	9,38% colaboradores (as) 12,36% terceiros	2,14% retido	43,65% governo 15,21% acionistas	10,92% colaboradores (as) 15,01% terceiros	15,21% retido
7) Outras Informações						

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2009, cerca de R\$15,7 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia".

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2007	2008	2009
Atendimento			
Número de consumidores	177	176	196
Número de empregados	2.276	2.166	2.041
Energia vendida por empregado - MWh	15.126	15.267	17.037
Mercado			
Geração própria	33.130	31.163	32.830
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	75,92	83,55	92,28
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	46	46	49
Número de Subestações	81	83	84
Linhas de Transmissão (Km)	4.874	4.874	7.506
Capacidade Instalada (MW)	6.250	6.250	6.754
Financeiros			
Receita operacional – R\$ milhões	3.373	3.800	4.439
Receita operacional líquida - R\$ milhões	2.666	2.937	3.530
Margem operacional - %	55,15	57,88	61,40
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	1.693	1.924	2.402
Lucro líquido - R\$ milhões	752	986	1.309
Lucro líquido por lote de 1000 ações	260	340	452
Patrimônio líquido - R\$ milhões	3.013	3.481	3.563
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.040	1.202	1.230
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	25,48	32,72	37,62
Endividamento do patrimônio líquido - %	155,49	120,42	246,46
Liquidez Corrente	1,04	0,92	0,79
Liquidez Geral	0,40	0,44	0,49

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA**CONSELHO ADMINISTRAÇÃO****Membros Efetivos**

Sérgio Alair Barroso
Djalma Bastos de Moraes
Adriano Magalhães Chaves
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
João Camilo Penna
Guy Maria Vilela Paschoal
Britaldo Pedrosa Soares
Evandro Veiga Negrão de Lima
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
André Araújo Filho
Thomas Anthony Tribone

Membros Suplentes

Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Lauro Sérgio Vasconcelos David
Kleber Antônio de Campos
Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Fernando Henrique Schuffner Neto
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Cezar Manoel de Medeiros
Jeffery Atwood Safford
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Andréa Leandro Silva
José Castelo Branco da Cruz

CONSELHO FISCAL**Membros Efetivos**

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Luiz Otávio Nunes West

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima
Newton de Moura
Leonardo Guimarães Pinto

DIRETORIA EXECUTIVA**Nome**

Djalma Bastos de Moraes
Arlindo Porto Neto
José Carlos de Mattos
Luiz Fernando Rolla
Fernando Henrique Schuffner
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Cargo

Diretor-Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Diretor
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Gestão Empresarial
Diretor de Gás
Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES**Superintendência de Relações com Investidores**

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 5)	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
Consumidores e Revendedores (nota 6)	393.275	357.733	364.149	356.959
Concessionários - Transporte de Energia	67.727	50.186	67.727	50.186
Tributos Compensáveis (nota 9)	245.584	274.113	212.519	273.184
Revendedores – Transações Energia Livre (nota 7)	46.028	15.076	46.028	15.076
Créditos Tributários (nota 10)	14.222	21.118	14.222	21.118
Estoques	4.707	4.024	3.478	4.024
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária (nota 8)	75.813	-	75.813	-
Outros Créditos	91.895	63.268	71.291	58.814
TOTAL DO CIRCULANTE	3.982.966	1.647.616	3.689.703	1.631.574
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Consumidores e Revendedores (nota 6)	46.188	-	46.188	-
Créditos Tributários (nota 10)	71.072	83.347	71.072	83.347
Revendedores – Transações Energia Livre (nota 7)	-	4.107	-	4.107
Tributos Compensáveis (nota 9)	12.073	18.158	10.823	18.158
Depósitos Vinculados a Litígio (nota 11)	89.245	49.532	87.870	49.532
Créditos com Pessoas Ligadas	18.244	9.853	12.906	9.853
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária (nota 8)	43.466	-	43.466	-
Outros Créditos	20.346	14.999	7.648	11.995
	300.634	179.996	279.973	176.992
Investimentos (nota 12)	1.743	13.476	1.609.714	191.367
Imobilizado (nota 13)	7.214.392	5.807.190	5.436.380	5.573.135
Intangível (nota 14)	844.153	24.781	26.498	24.669
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.360.922	6.025.443	7.352.565	5.966.163
ATIVO TOTAL	12.343.888	7.673.059	11.042.268	7.597.737

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	3.561.849	372.693	3.305.823	370.492
Debêntures (nota 17)	3.365	362.606	3.365	362.606
Fornecedores (nota 15)	147.553	146.652	83.978	125.486
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 16)	146.283	78.698	116.240	78.339
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	917.054	539.042	917.054	539.042
Salários e Encargos Sociais	75.900	64.500	74.105	64.433
Encargos Regulatórios (nota 18)	44.449	94.363	40.253	94.363
Participações nos Lucros	22.896	26.737	22.894	26.737
Dívidas com Pessoas Ligadas	43.917	3.908	53.705	3.908
Obrigações Pós-Emprego (nota 19)	18.895	17.970	18.895	17.970
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros (nota 29)	3.149	14.699	-	14.699
Outras Obrigações	42.679	69.036	40.275	55.144
TOTAL DO CIRCULANTE	5.027.989	1.790.904	4.676.587	1.753.219
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	2.816.387	1.733.860	2.038.738	1.703.205
Debêntures (nota 17)	437.693	271.752	275.869	271.752
Provisões para Contingências (nota 20)	9.659	7.322	9.601	7.322
Obrigações Pós-Emprego (nota 19)	241.958	260.618	241.958	260.618
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 16)	139.155	82.510	139.155	82.510
Encargos Regulatórios (nota 18)	59.266	4.352	59.266	4.352
Outras Obrigações	48.884	40.602	38.197	33.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.753.002	2.401.016	2.802.784	2.363.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 21)				
Capital Social	2.896.785	2.896.785	2.896.785	2.896.785
Reservas de Lucros	666.112	584.354	666.112	584.354
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.562.897	3.481.139	3.562.897	3.481.139
PASSIVO TOTAL	12.343.888	7.673.059	11.042.268	7.597.737

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 22)	3.562.410	3.154.016	3.544.714	3.152.588
Receita de Uso da Rede (nota 23)	851.875	617.099	811.191	617.099
Outras Receitas Operacionais	25.039	29.569	24.505	29.569
	4.439.324	3.800.684	4.380.410	3.799.256
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL (nota 24)	(909.811)	(863.315)	(904.538)	(863.029)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.529.513	2.937.369	3.475.872	2.936.227
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA (nota 25)				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(274.574)	(271.878)	(274.264)	(271.878)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(148.724)	(13.167)	(148.198)	(12.255)
	(423.298)	(285.045)	(422.462)	(284.133)
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 25)				
Pessoal e Administradores	(213.906)	(219.492)	(211.872)	(219.479)
Obrigações Pós-Emprego	(20.323)	(40.554)	(20.323)	(40.554)
Materiais	(16.343)	(16.228)	(16.363)	(16.226)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	(69.573)	(4.070)	(69.573)
Serviços de Terceiros	(102.612)	(90.181)	(97.880)	(90.162)
Depreciação e Amortização	(234.664)	(222.514)	(225.428)	(222.514)
Reversões (Provisões) Operacionais	17.429	(410)	16.748	(410)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(140.318)	(127.069)	(140.318)	(127.069)
Outros custos de operação	137	(40.921)	3.123	(40.912)
	(714.670)	(826.942)	(696.383)	(826.899)
CUSTO TOTAL	(1.137.968)	(1.111.987)	(1.118.845)	(1.111.032)
LUCRO BRUTO	2.391.545	1.825.382	2.357.027	1.825.195
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 25)				
(Reversão) Despesas com Vendas	(1.593)	(695)	(1.593)	(695)
Despesas Gerais e Administrativas	(197.427)	(91.737)	(196.877)	(91.737)
Outras Despesas Operacionais	(25.393)	(32.903)	(21.573)	(32.903)
	(224.413)	(125.335)	(220.043)	(125.335)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	2.167.132	1.700.047	2.136.984	1.699.860
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	5.346	125
Despesas Financeiras Líquidas (nota 26)	(235.888)	(244.817)	(215.381)	(244.851)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.931.244	1.455.230	1.926.949	1.455.134
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10 b)	(511.312)	(420.877)	(507.376)	(420.781)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10 b)	(55.134)	37.696	(54.775)	37.696
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (nota 27)	(55.332)	(86.296)	(55.332)	(86.296)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.309.466	985.753	1.309.466	985.753
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			452,04	340,29

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - Reapresentado	2.896.785	91.478	24.830	3.013.093
Lucro Líquido do Exercício	-	-	985.753	985.753
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	49.288	(49.288)	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$64,47 por lote de mil ações)	-	-	(186.766)	(186.766)
Dividendos Complementares (R\$114,24 por lote de mil ações)	-	-	(330.941)	(330.941)
Retenção de Lucros	-	443.588	(443.588)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	<u>2.896.785</u>	<u>584.354</u>	<u>-</u>	<u>3.481.139</u>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.309.466	1.309.466
Destinação do Lucro proposta à AGO:				
Reserva Legal	-	65.473	(65.473)	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$73,60 por lote de mil ações)	-	-	(213.217)	(213.217)
Dividendos Complementares (R\$198,32 por lote de mil ações)	-	-	(574.491)	(574.491)
Dividendos Intercalares (R\$151,89 por lote de mil ações)	-	-	(440.000)	(440.000)
Retenção de Lucros	-	16.285	(16.285)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	<u>2.896.785</u>	<u>666.112</u>	<u>-</u>	<u>3.562.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	1.309.466	985.753	1.309.466	985.753
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e Amortização	235.597	224.166	226.313	224.166
Ativo Regulatório – Revisão Tarifária de Transmissão	(119.279)	-	(119.279)	-
Baixas Líquidas de Imobilizado	397	3.253	-	3.253
Amortização de Ágio na Aquisição de Controlada	3.230	-	3.230	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(5.346)	(125)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	24.388	13.877	36.178	13.877
Impostos Federais Diferidos	55.134	(37.696)	54.775	(37.696)
Provisões para Perdas Operacionais	(15.835)	(231)	(15.155)	1.015
Provisões para Perdas em Transações com Energia Livre	(7.668)	19.195	(7.668)	19.195
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	40.164	(13.157)	40.164	(13.157)
Obrigações Pós-Emprego	29.332	48.017	29.332	48.017
Outros	-	(66)	-	(65)
	<u>1.554.926</u>	<u>1.243.111</u>	<u>1.552.010</u>	<u>1.244.233</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(54.885)	(57.937)	(54.972)	(57.163)
Revendedores – Transações com energia livre	2.078	13.720	2.078	13.720
Tributos Compensáveis	62.111	(58.845)	68.000	(57.996)
Transporte de Energia	(17.541)	(4.055)	(17.541)	(4.055)
Créditos Tributários	(35.963)	158.257	(35.604)	158.257
Depósito Judiciais	(38.746)	(24.480)	(38.337)	(21.476)
Outros	71.003	(12.230)	(10.552)	5.369
	<u>(11.943)</u>	<u>14.430</u>	<u>(86.928)</u>	<u>36.656</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(24.127)	(114.780)	(41.459)	(133.007)
Tributos e Contribuição Social	99.112	(115.776)	94.546	(116.109)
Salários e Contribuições Sociais	9.927	13.358	9.673	13.387
Encargos Regulatórios	(4.321)	18.290	(4.439)	18.290
Empréstimos e Financiamentos	21.167	48.839	(40.818)	47.468
Obrigações Pós-Emprego	(47.066)	(45.599)	(47.066)	(45.599)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(51.715)	(40.764)	(54.949)	(40.764)
Outros	9.772	25.897	26.047	(10.082)
	<u>12.749</u>	<u>(210.535)</u>	<u>(58.465)</u>	<u>(266.416)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.555.732	1.047.006	1.406.617	1.014.473
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	3.917.322	26.418	3.495.900	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(594.443)	(347.810)	(573.080)	(347.810)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(849.696)	(520.183)	(849.696)	(520.183)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.473.183	(841.575)	2.073.124	(867.993)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(518.847)	(98.660)	(1.406.089)	(109.285)
No Imobilizado	(509.872)	(161.009)	(88.058)	(92.146)
No Intangível	(818.579)	-	(3.331)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	-	48	-	48
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.847.298)	(259.621)	(1.497.478)	(201.383)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	2.181.617	(54.190)	1.982.263	(54.903)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do exercício	862.098	916.288	852.213	907.116
No fim do exercício	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
	2.181.617	(54.190)	1.982.263	(54.903)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	320.010	343.792	311.274	343.792
Imposto de Renda e Contribuição Social	460.896	407.382	457.726	407.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora					
	2009	2008	2009	2008				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	4.439.324	3.800.684	4.380.410	3.799.256				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.593)	(695)	(1.593)	(695)				
	<u>4.437.731</u>	<u>3.799.989</u>	<u>4.378.817</u>	<u>3.798.561</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(148.724)	(13.167)	(148.198)	(12.255)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(274.574)	(271.878)	(274.264)	(271.878)				
Serviços de Terceiros	(150.643)	(114.055)	(143.883)	(114.036)				
Materiais	(16.406)	(17.072)	(16.813)	(17.070)				
Matéria Prima	(4.070)	(69.573)	(4.070)	(69.573)				
Outros Custos Operacionais	(22.476)	(87.852)	(19.466)	(87.845)				
	<u>(616.893)</u>	<u>(573.597)</u>	<u>(606.694)</u>	<u>(572.657)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.820.838	3.226.392	3.772.123	3.225.904				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(235.597)	(224.166)	(226.313)	(224.166)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.585.241	3.002.226	3.545.810	3.001.738				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	5.346	125				
Receitas Financeiras	227.695	238.246	217.764	238.211				
	<u>227.695</u>	<u>238.246</u>	<u>223.110</u>	<u>238.336</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.812.936	3.240.472	3.768.920	3.240.074				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	357.531	9,38	353.770	10,92	355.095	9,42	353.757	10,92
Remuneração direta	224.694	5,89	236.083	7,28	222.720	5,91	236.070	7,28
Benefícios	71.695	1,88	85.791	2,65	71.390	1,89	85.791	2,65
FGTS	20.043	0,53	17.996	0,56	19.886	0,53	17.996	0,56
Outras	41.099	1,08	13.900	0,43	41.099	1,09	13.900	0,43
Impostos, Taxas e Contribuições	1.674.709	43,92	1.414.522	43,65	1.663.887	44,14	1.414.139	43,65
Federais	1.349.497	35,39	1.050.671	32,42	1.340.948	35,58	1.050.522	32,42
Estaduais	322.769	8,47	361.600	11,16	320.889	8,51	361.366	11,16
Municipais	2.443	0,06	2.251	0,07	2.050	0,05	2.251	0,07
Remuneração de Capitais de Terceiros	471.230	12,36	486.427	15,01	440.472	11,69	486.425	15,01
Juros	463.208	12,15	479.164	14,79	432.742	11,48	479.164	14,79
Aluguéis	8.022	0,21	7.263	0,22	7.730	0,21	7.261	0,22
Remuneração de Capitais Próprios	1.309.466	34,34	985.753	30,42	1.309.466	34,75	985.753	30,42
Juros sobre Capital Próprio	213.217	5,59	186.766	5,76	213.217	5,66	186.766	5,76
Dividendos	1.014.491	26,61	306.111	9,45	1.014.491	26,92	306.111	9,45
Lucros Retidos	81.758	2,14	492.876	15,21	81.758	2,17	492.876	15,21
	<u>3.812.936</u>	<u>100</u>	<u>3.240.472</u>	<u>100</u>	<u>3.768.920</u>	<u>100</u>	<u>3.240.074</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig Geração e Transmissão tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em 2009.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em agosto de 2009.
- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em setembro de 2009 (1ª unidade), em novembro de 2009 (2ª unidade), em março de 2010 (3ª unidade) e tem previsão para abril de 2010 (4ª unidade).

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto – participação de 32,27%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda., que juntas possuem mais de 3.712 km (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão de alta voltagem (de 230 a 500 Kv), integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.
- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico. Vide maiores explicações na nota explicativa nº 12.

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não auditada pelos auditores independentes).
- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não auditada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em março de 2010.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**2.1) Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 09 de março de 2010 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

Reclassificação de Saldos Contábeis

A Companhia reclassificou seus investimentos em consórcios da conta patrimonial Investimento para a conta patrimonial Imobilizado – Atividade não Vinculada, em função do despacho da ANEEL nº 3.467 que considerando a necessidade de se proceder a ajustes no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, e adequando-se às especificidades das concessionárias do serviço público de energia elétrica que participam na forma de Consórcio, aprovou as alterações e determinou a reclassificação dos consórcios a partir de 1º de janeiro de 2009.

As reclassificações efetuadas nos saldos de 2008 para fins de comparabilidade estão a seguir discriminadas:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>
Ativo Não Circulante			Ativo Não Circulante		
Investimento			Imobilizado		
Consórcios	(1.061.302)	(920.939)	Atividade não Vinculada	1.050.329	909.966
			Intangível		
			Atividade não Vinculada	10.973	10.973
	<u>(1.061.302)</u>	<u>(920.939)</u>		<u>1.061.302</u>	<u>920.939</u>
Outras despesas operacionais			Deduções da Receita		
Encargo de Aquisição Emergencial	10.371	10.371	Encargo de Aquisição Emergencial	(10.371)	(10.371)
	<u>10.371</u>	<u>10.371</u>		<u>(10.371)</u>	<u>(10.371)</u>

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros acumulados em 2008.

Pronunciamentos e Interpretações Técnicas emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM em 2009

Com intuito de criar novas normas contábeis, que fazem parte da agenda conjunta da CVM e CPC, em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas dos novos pronunciamentos, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações contábeis, ao tempo em que participa das discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos específicos para aplicação da referida instrução técnica no setor elétrico.

Até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis consolidadas com encerramento em 31 de dezembro de 2010 serão elaboradas conforme o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados. A partir de 2010, o saldo mensal dessa despesa passará a não ser mais apropriado ao imobilizado em curso e será totalmente atribuído às despesas de Pessoal e Serviços de Terceiros, nas respectivas Unidades Operativas.

Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no grupo Atividade não vinculada do Imobilizado e do Intangível, como descrito nas notas explicativas nº 13 e nº 14. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

i. Instrumentos mantidos até o vencimento – São os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nenhum dos instrumentos da Companhia e suas controladas foram classificados como mantidos até o vencimento.

ii Instrumentos disponíveis para venda - Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para o resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e suas controladas foram classificados como disponíveis para venda.

iii Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas diretamente no resultado.

iv Outros instrumentos financeiros - São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzido por eventuais perdas no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Moeda estrangeira- A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM N° 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado e registradas ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Investimentos – As participações em sociedade controlada e sociedades controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro - Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia e suas controladas não têm arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional - Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo prazo da concessão ou pelas taxas definidas pela ReN ANEEL 367/09, de 02 de junho de 2009.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, mencionadas na Nota Explicativa nº 13, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Redução ao valor recuperável - Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. A Companhia entende que não há nenhum indicativo de que os valores contábeis dos bens dos ativos imobilizado e intangível excedem aos seus respectivos valores de recuperação. Os referidos ativos são reconhecidos contabilmente ao seu valor histórico e a base de cálculo da depreciação regulatória corresponde ao valor de reposição dos ativos.

Ajuste a Valor Presente – A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social – O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos ativos diferidos foram provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela disponibilização da rede de transmissão é reconhecida no resultado com base na Receita Anual Permitida (“RAP”), conforme definida no contrato de concessão. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita pela disponibilização da rede de transmissão será linearizada.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – É calculado com base no número de ações na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Companhia e suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota específica. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Amortização, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as informações financeiras da controlada e das controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da controladora.

	Participação direta no capital total - %	
	2009	2008
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	-
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	32,27	-
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	49,00	-

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As referências efetuadas nestas demonstrações contábeis da controlada e das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As datas das demonstrações contábeis das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos exclusivos, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4) – DAS CONCESSÕES

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - “ANEEL”, as concessões:

	<u>Localização</u>	<u>Informações não auditadas</u>	<u>Data da Concessão ou Autorização</u>	<u>Data de Vencimento</u>
		<u>Capacidade Instalada (MW)</u>		
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	96,844	Diversas	Diversas
		6.173,994		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/2000	-
Praias do Parajuru	Berberibe - CE	28,800	09/2002	08/2029
		29,800		
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	01/2001	08/2024
TOTAL GERAÇÃO EM OPERAÇÃO		6.334,794		

Informações não auditadas				
	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data da	
			Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)				
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,800	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,040	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhões	Rio Guanhões	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhões	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhões	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhões	4,410	10/2002	10/2032
		346,400		
Usina Eólica -				
Volta do Rio (2)	Acaraú – CE	42,000	12/2001	-
Praia do Morgado (2)	Acaraú - CE	28,800	12/2001	-
		70,800		
		464,800		
TOTAL GERAÇÃO EM ANDAMENTO				
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais		07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais		10/2000	10/2030
TAESA - TSN (3)	Goiás/ Bahia		12/2000	12/2030
TAESA – Munirah (4)	Bahia		02/2004	02/2034
TAESA – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba		01/2002	01/2032
TAESA – Patesa (6)	Rio Grande do Norte		12/2002	12/2032
TAESA – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal		12/2000	12/2030
TAESA – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul		12/2002	12/2032
TAESA – ETEO (9)	São Paulo		05/2000	05/2030
TAESA – Brasnorte (10)	Mato Grosso		03/2008	03/2038
Projetos em Andamento – Transmissão				
EBTE	Mato Grosso		10/2008	10/2038

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A..
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açú Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S. A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Renovação das concessões

O Ministério das Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores. A Companhia tem a expectativa de renovação das suas concessões, não tendo ainda como estimar o efeito em suas Demonstrações Contábeis decorrente dessa questão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2009	Valor Presente em 2009	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	315.326	32.225	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.363	9.387	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	7.702	2.643	01/2004 a 12/2032	IGP-M
Baguari (Consórcio)	5.427	1.377	09/2009 a 09/2042	IPC-A

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado e Baguari em 2009 corresponderam a R\$113, R\$1.160, R\$364 e R\$55, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$108, R\$1.102, R\$313 e R\$156, (valor nominal de R\$114, R\$1.170, R\$333 e R\$166), respectivamente.

A Companhia efetuou, em 2008, ajuste a valor presente das parcelas da concessão de Porto Estrela já registradas como Outras Contas a Pagar, devido ao fato de que o contrato prevê apenas a atualização pelo IGPM, sem juros, sendo seu fluxo de pagamentos crescentes ao longo dos anos de sua concessão.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Contas Bancárias	20.510	150	12.522	-
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	2.820.547	818.150	2.648.339	808.415
Letras Financeiras do tesouro	88.893	24.193	66.598	24.193
Letras do Tesouro Nacional	6.538	151	6.538	151
Outros	107.227	19.454	100.479	19.454
	3.023.205	861.948	2.821.954	852.213
	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2009	2008
Controladora					
Industrial	161.423	3.677	27.080	192.180	217.224
Suprimento a Outras Concessionárias	195.419	17.051	8.059	220.529	140.515
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.372)	(2.372)	(780)
	356.842	20.728	32.767	410.337	356.959
Controladas					
Industrial	1.108	-	-	1.108	774
Comércio, Serviços e Outras	1.622	-	-	1.622	-
Suprimento a Outras Concessionárias	26.396	-	-	26.396	-
	29.126	-	-	29.126	774
Total Consolidado	385.968	20.728	32.767	439.463	357.733
Circulante				393.275	357.733
Não Circulante				46.188	-

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontra-se registrado o valor de R\$46.188 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

As obrigações e direitos da Companhia referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2009	2008
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	46.028	45.302
Provisão para perdas na realização	-	(26.119)
	46.028	19.183
Circulante	46.028	15.076
Não Circulante	-	4.107

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387 em que estabeleceu que os saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento da distribuidoras, deverão ser recalculados através de uma nova metodologia.

O repasse final da Energia Livre corresponderá ao somatório das diferenças mensais, positivas ou negativas, entre os repasses financeiros da Energia Livre efetuados conforme critérios definidos e os repasses já efetivamente realizados, acrescidas da remuneração financeira pela Taxa Selic desde a data da ocorrência da diferença até a data de encerramento da cobrança da RTE nas tarifas de fornecimento. O montante a ser repassado à Companhia, pelas distribuidoras, é de R\$36.388.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Baixa para perdas na realização

Em 2009 a Companhia realizou baixas no valor de R\$36.902 referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

8) – ATIVO REGULATÓRIO - REVISÃO TARIFÁRIA

A primeira revisão tarifária da transmissão da Companhia foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Adicionalmente, foi estabelecido pela ANEEL um componente financeiro de R\$158.090 a ser pago a Companhia através da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R\$85.732 foi incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R\$72.358 será compensada no reajuste 2010/2011.

À medida que os valores da Parcela de Ajuste são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. A movimentação da Parcela de Ajuste está demonstrada conforme abaixo:

Composição Total da Parcela de Ajuste					
	Saldo em 2008	Adição	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 2009
Rede Básica	-	128.823	(287)	(34.670)	93.866
Fronteira	-	13.899	(30)	(3.793)	10.076
DIT – Demais Instalações de Transmissão	-	15.368	(31)	-	15.377
	-	158.090	(348)	(38.463)	119.279
Circulante					75.813
Não Circulante					43.466

Como previsto no contrato de concessão da Companhia, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Companhia e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
ICMS a Recuperar	42.069	38.616	40.984	37.730
Imposto de Renda	138.866	127.969	120.019	127.926
Contribuição Social	39.131	39.212	27.736	39.212
PASEP	4.511	11.827	4.228	11.827
COFINS	20.704	54.954	19.400	54.954
Outros	303	1.535	152	1.535
	245.584	274.113	212.519	273.184
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	7.742	18.158	7.742	18.158
Imposto de Renda	1.250	-	-	-
PASEP	550	-	550	-
COFINS	2.531	-	2.531	-
	12.073	18.158	10.823	18.158
	257.657	292.271	223.342	291.342

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2009 que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados para o ano de 2010, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2010.

10) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado e Controladora	
	2009	2008
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias:		
Provisão para Perdas na Realização dos Valores a Receber de Energia Livre	-	8.880
Obrigações Pós-Emprego	19.028	21.773
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	4.926	1.153
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	797	255
Provisão Ativa Recomposição Tarifária Extraordinária	-	8.075
Instrumentos Financeiros	14.153	19.807
Variação Cambial	35.342	35.342
Contingências	3.264	2.489
Outros	7.784	6.691
	85.294	104.465
Ativo Circulante	14.222	21.118
Ativo Não Circulante	71.072	83.347

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2009, conforme abaixo:

	Consolidado e
	Controladora
	2009
2010	14.222
2011	20.416
2012	19.213
2013	13.323
2014	8.605
2015 a 2017	5.709
2018 a 2019	3.806
	85.294

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.931.244	1.455.230	1.926.949	1.455.134
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(656.623)	(494.778)	(655.163)	(494.746)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre Capital Próprio	72.494	63.500	72.494	63.500
Participação dos Empregados no Resultado	18.813	29.341	18.813	29.341
Incentivos Fiscais	17.391	11.275	15.058	11.275
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.818	-	1.818	43
Contribuições e Doações Inedutíveis	(3.886)	(3.825)	(3.886)	(3.825)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício anterior	(9.958)	(205)	(9.958)	(205)
Outros	(6.495)	11.511	(1.327)	11.532
Imposto de Renda e Contribuição Social	(566.446)	(383.181)	(562.151)	(383.085)

Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional, por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da TAESA o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para o ano de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A empresa efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008.

11) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Trabalhista	36.295	33.618	36.254	33.618
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	-	8.014	-
PASEP/COFINS	41.959	14.132	41.793	14.132
Outros	1.764	1.254	1.281	1.254
Outros	1.213	528	528	528
	89.245	49.532	87.870	49.532

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 16.

12) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	-	-	22.917	17.276
Guanhães Energia S.A.	-	-	10.191	9.608
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	18.027	3.632
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	18	12
Madeira Energia S.A.	-	-	-	10
Baguari Energia S.A.	-	-	178.969	140.370
EBTE	-	-	76.685	6.985
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	34.687	-
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	56.941	-
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	-	-	25.686	-
TAESA	-	-	673.910	-
Transmissora Alterosa	-	-	15.260	-
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	-	-	389.959	-
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	-	-	30.070	-
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	-	-	30.808	-
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	-	-	43.843	-
Outros	1.743	13.476	1.743	13.474
	1.743	13.476	1.609.714	191.367

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.770	61	11.576
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.799	-	1.191
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	36.790	-	(2.978)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(101.408)	-	(101.508)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	257.926	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	156.499	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	70.789	-	229
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.242	116.206	-	(1.036)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	52.420	-	(540)
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	1.874.634	-	288.475
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	31.142	-	(3.112)

Sociedade Controlada em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2008			Janeiro a dezembro de 2008	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	35.000.000	49,00	35.000	35.000	-	256
Guanhães Energia S. A.	52.000.000	49,00	19.608	19.608	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	7.413.296	49,00	7.413	7.413	-	-
Madeira Energia S.A.	100.000	10,00	100	100	-	-
Cemig Baguari Energia S.A.	1.000	100,00	1	12	-	-
Baguari Energia S.A.	1.000.000	69,39	10	202.288	-	-
EBTE	29.267.465	49,00	14.255	14.255	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2008	Equivalência	Aportes/	Dividendos	Outros	31.12.2009
		Patrimonial	Aquisições	Propostos		
Hidrelétrica Cachoeirão	17.276	5.672	-	(30)	(1)	22.917
Guanhães Energia	9.608	583	-	-	-	10.191
Hidrelétrica Pipoca	3.632	(1.871)	16.266	-	-	18.027
Cemig Baguari Energia	12	(41)	47	-	-	18
Madeira Energia	10	(10.151)	-	-	-	(10.141)
Baguari Energia	140.373	-	38.596	-	-	178.969
EBTE	6.985	-	69.699	-	1	76.685
Central Eólica Praias de Parajuru	-	303	34.384	-	-	34.687
Central Eólica Volta do Rio	-	(346)	57.287	-	-	56.941
Central Eólica Praias de Morgado	-	(213)	25.899	-	-	25.686
TAESA	-	12.935	660.975	-	-	673.910
Transmissora Alterosa	-	(1.525)	16.785	-	-	15.260

b) Ágio na aquisição de Participação em empresas eólicas de energia em 2009

A Companhia adquiriu 49,00% dos seguintes parques Eólicos no estado do Ceará: Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (28,8 MW – informação não auditada pelos auditores independentes), no município de Beberibe, Central Eólica Praia do Morgado S.A. (28,8 MW – informação não auditada pelos auditores independentes) e Central Eólica Volta do Rio S.A. (42,0 MW – informação não auditada pelos auditores independentes), ambas no município de Acaraú, totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A totalidade da energia elétrica a ser gerada pelas centrais eólicas será comercializada para a Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa, do governo federal.

O ágio na aquisição das empresas eólicas de energia corresponde a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão, no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o preço de compra reconhecido pela Companhia em 14 de agosto de 2009:

	<u>Morgado</u>	<u>Parajuru</u>	<u>Volta do Rio</u>	<u>Total</u>
ATIVO				
Circulante	7.128	7.257	86.527	100.912
Permanente	81.067	88.254	71.033	240.354
Outros ativos não circulantes	1.503	177	-	1.680
ATIVO TOTAL	89.698	95.688	157.560	342.946
PASSIVO				
Circulante	1.449	6.024	12.606	20.079
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	62.007	55.281	86.167	203.455
Outros passivo não circulantes	343	-	1.500	1.843
PASSIVO TOTAL	63.799	61.305	100.273	225.377
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	25.899	34.383	57.287	117.569
Preço total da compra sem ágio	25.899	34.383	57.287	117.569
Ágio na aquisição	43.843	31.163	30.808	105.814
Preço total da compra	69.742	65.546	88.095	223.383
Disponibilidades	(4.781)	(4.007)	(13.216)	(22.004)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	64.961	61.539	74.879	201.380

c) Aquisição de 65,85% da Terna Participações S.A.

Em 23 de abril de 2009, a Companhia adquiriu 65,85% de participação acionária da Terna Participações S.A. ("TERNA"), holding que atua no segmento de transmissão de energia, pertencente à Terna S.p.A, com presença em 11 Estados por R\$2,15 bilhões. A holding controla um total de seis empresas que, juntas, contam com mais de 3,71 mil quilômetros (informação não auditada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão. A operação estava sujeita à condições suspensivas, inclusive aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou, em 05 de agosto de 2009, como alternativa à aquisição da totalidade das ações da TERNA detidas pela Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A. ("TERNA S.p.A"), conforme facultado pelo Contrato celebrado entre a Cemig Geração e Transmissão e a TERNA S.p.A, a possibilidade de redução da participação final da Cemig Geração e Transmissão na referida aquisição para até 50% menos 1 (uma) ação ordinária e, quanto às ações preferenciais, até o percentual realizado pela Oferta Pública de Compra de Ações – OPA dos acionistas não controladores daquela Companhia, mediante parceria constituída com o Fundo de Investimento em Participações – FIP COLISEU.

O Conselho de Administração autorizou a cessão do contrato de Compra e Venda de Ações de aquisição da TERNA à Transmissora Atlântico de Energia Elétrica ("Atlântico"). O Conselho estabeleceu que a Cemig Geração e Transmissão mantivesse sua participação acionária na TAESA correspondente a 49% das ações ordinárias emitidas por aquela SPE, em associação com o FIP Coliseu, detentor dos 51% restante das ações ordinárias.

A Companhia anunciou, em 19 de outubro de 2009, o Encerramento de Distribuição Pública de Quotas da Primeira Emissão do Fundo de Investimento em Participações Coliseu – FIP Coliseu, estruturado pelo Banco Modal S.A., totalizando o valor de R\$1,33 bilhões. O montante foi suficiente para que este fundo adquirisse 51% das ações ordinárias TERNA.

Em 30 de outubro de 2009, a Cemig Geração e Transmissão e o FIP Coliseu efetuaram aporte de capital na Atlântico.

Em 03 de novembro de 2009 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de ações celebrado com a TERNA S.p.A. com o pagamento e a transferência das ações de titularidade da TERNA para a Atlântico, na qual a Companhia detinha a participação de 49% do capital social. A operação envolveu a compra de 173.527.113 ações ordinárias representando aproximadamente 65,85% do capital total da TERNA.

O ágio na aquisição da empresa Terna Participações S.A., correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido dessa controlada em conjunto e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Abaixo encontra-se o total dos desembolsos reconhecidos pela Companhia em 03 de novembro de 2009:

	<u>TERNA</u>
ATIVO	
Circulante	85.546
Permanente	900.362
Outros ativos não circulantes	24.938
ATIVO TOTAL	<u>1.010.846</u>
PASSIVO	
Circulante	255.578
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	291.113
Outros passivo não circulantes	5.570
PASSIVO TOTAL	<u>552.261</u>
ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO	458.585
Aporte	1.069.856
Recursos Destinados a Transmissora Alterosa	16.785
Recursos Destinados a Transmissora Aliança - TAESA	660.975
Ágio na aquisição da Transmissora Aliança - TAESA	392.096
Disponibilidades – TERNA	(23.632)
Disponibilidades – Atlântico	(17.150)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	1.029.074

d) Cisão parcial da Atlântico, com a absorção do acervo líquido cindido pela Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”), bem como a incorporação do acervo líquido remanescente da Atlântico pela TAESA

Em 28 de dezembro de 2009 ocorreu a cisão parcial da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A., com a transmissão do acervo líquido cindido para a Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A., seguida de incorporação pela TAESA. O acervo líquido supracitado foi avaliado com base no balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2009 auditado por Auditores Independentes, fazendo parte do laudo de avaliação e protocolo de incorporação, utilizados na operação.

Como resultado da cisão parcial, o capital social da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. foi reduzido em R\$34.254, passando de R\$2.183.379 para R\$2.149.125, implicando o cancelamento de 34.253.504 ações.

A contrapartida do acervo líquido incorporado pela TAESA foi registrado em conta de Reserva de Capital - Reserva Especial de Ágio. Os acionistas controladores da TAESA se reservam o direito de incorporar tal reserva ao seu capital social, na medida do aproveitamento de eventual crédito fiscal decorrente do referido ágio, em seu benefício, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 1999, conforme definido no protocolo de incorporação.

Desta forma, considerando o exposto e o fato da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. ter como únicos ativos as ações ordinárias representativas de 65,85% do capital social da TAESA, o ágio decorrente de sua aquisição e a provisão constituída nos termos do artigo 6º, § 1º da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 1999, no montante de R\$1.212.420 e R\$800.197, respectivamente, e que os únicos acionistas da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. são a Cemig Geração e Transmissão, o FIP Coliseu e os membros do Conselho de Administração, não haverá aumento de capital na TAESA, sendo as ações ordinárias, as ações preferenciais e as units de emissão da TAESA atualmente detidas pela Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. entregues a Cemig Geração e Transmissão e ao FIP Coliseu, na mesma proporção das respectivas participações societárias detidas pela Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A.

	Posição Inicial	Cisão Parcial para Transmissora Alterosa de Energia S.A.	Incorporação do Acervo Líquido pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Bancos	2.265	2.265	-
Aplicações Financeiras	32.050	32.050	-
Tributos e Contribuições Compensáveis	3	3	-
	<u>34.318</u>	<u>34.318</u>	<u>-</u>
Não Circulante			
Investimento pelo Valor de Custo	935.959	-	935.959
Ágio	1.212.420	-	1.212.420
Provisão Manutenção integridade do Acervo	(800.197)	-	(800.197)
	<u>1.348.182</u>	<u>-</u>	<u>1.348.182</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.382.500</u>	<u>34.318</u>	<u>1.348.182</u>
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	25	25	-
Obrigações Tributárias	40	40	-
	<u>65</u>	<u>65</u>	<u>-</u>
ACERVO PATRIMONIAL LÍQUIDO	<u>1.382.435</u>	<u>34.253</u>	<u>1.348.182</u>

O ágio decorrente da aquisição da TAESA, líquido da Provisão para Manutenção da Integridade do Acervo, descrita na tabela acima, corresponde ao benefício tributário em função do processo de incorporação reversa mencionado. Encontra-se registrado na Demonstração Financeira Consolidada, na rubrica de Intangível, a parcela do benefício tributário da Companhia advindo dessa questão.

13) – IMOBILIZADO

Controladora	2009			2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido Reclassificado
Em Serviço	9.150.441	(3.915.141)	5.235.300	5.290.314
- Geração	6.733.644	(3.048.008)	3.685.636	3.735.398
Terrenos	196.192	-	196.192	195.727
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.672.137	(1.443.586)	2.228.551	2.274.272
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	781.005	(369.673)	411.332	502.194
Máquinas e Equipamentos	2.079.624	(1.230.508)	849.116	762.777
Veículos	2.105	(1.836)	269	297
Móveis e Utensílios	2.581	(2.405)	176	131
- Transmissão	1.335.867	(692.035)	643.832	637.188
Terrenos	2.138	-	2.138	2.138
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	108.627	(60.843)	47.784	49.428
Máquinas e Equipamentos	1.223.343	(630.174)	593.169	585.434
Veículos	750	(189)	561	53
Móveis e Utensílios	1.009	(829)	180	135
- Administração	60.928	(38.153)	22.775	27.495
Terrenos	458	-	458	621
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	13.760	(7.582)	6.178	6.782
Máquinas e Equipamentos	33.025	(20.588)	12.437	15.031
Veículos	10.708	(7.105)	3.603	4.975
Móveis e Utensílios	2.977	(2.878)	99	86
- Atividade não Vinculada (1)	1.020.002	(136.945)	883.057	890.223
Terrenos	50.820	-	50.820	50.141
Reservatórios, Barragem e Adutoras	282.318	(34.946)	247.372	220.521
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	193.861	(26.077)	167.784	190.783
Máquinas e Equipamentos	491.983	(75.488)	416.495	428.105
Veículos	57	(37)	20	15
Móveis e Utensílios	963	(397)	566	668
Em Curso	243.133	-	243.133	290.745
- Geração	126.707	-	126.707	196.759
- Transmissão	100.325	-	100.325	59.243
- Administração	14.604	-	14.604	15.010
- Atividade não Vinculada (1)	1.497	-	1.497	19.733
Total do Imobilizado	9.393.574	(3.915.141)	5.478.433	5.581.059
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(42.053)	-	(42.053)	(7.924)
Imobilizado Líquido - Controladora	9.351.521	(3.915.141)	5.436.380	5.573.135

Controladas	2009			2008
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido Reclassificado
Em Serviço	1.122.685	(161.607)	961.078	-
- Geração	239.213	(2.709)	236.504	-
- Transmissão	878.377	(157.769)	720.608	-
- Administração	3.793	(1.074)	2.719	-
- Atividade não Vinculada (1)	1.302	(55)	1.247	-
Em Curso	817.541	-	817.541	234.055
- Geração	490.052	-	490.052	93.042
- Transmissão	145.824	-	145.824	441
- Administração	2.705	-	2.705	209
- Atividade não Vinculada (1)	178.960	-	178.960	140.363
Total do Imobilizado	1.940.226	(161.607)	1.778.619	234.055
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(653)	46	(607)	-
Imobilizado Líquido - Controladas	1.939.573	(161.561)	1.778.012	234.055
Imobilizado Líquido - Consolidado	11.291.095	(4.076.702)	7.214.392	5.807.190

(1) Saldos de participações em consórcios. Vide detalhes mais abaixo.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$922 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 976 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembosável pelo Poder Concedente.

A taxa de depreciação média anual é de 2,64%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,00	Chave Sistema	3,30	Software	20,00
Gerador	3,30	Disjuntor	3,00	Veículos	20,00
Turbina Hidráulica	2,50	Torre Metálica	2,50	Equipamento Geral	10,00
Casa de Força	2,00	Transformador de Força	2,50	Edificação	4,00
Barragem	2,00	Condutor nu de alumínio	2,50		
Equipamento Geral	10,00	Equipamento Geral	10,00		
Equipamentos de Tomada d'água	3,70	Religadores	4,30		
Estrutura de Tomada d'água	4,00				
Vertedouro	2,00				
Conduto Forçado	3,10				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Participação da União	5.169	4.299
Participação dos Municípios	168	168
Participação do Consumidor	36.516	3.257
Outros	<u>200</u>	<u>200</u>
	42.053	7.924

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	<u>Participação na energia gerada</u>	<u>Taxa Média Anual de Depreciação %</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	181.402
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.724	193.599
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.538	543.684
Depreciação acumulada			(138.115)	(111.658)
Total em operação			<u>894.686</u>	<u>901.206</u>
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		-	13.125
Usina de Funil	49,00%		739	755
Usina de Aimorés	49,00%		759	5.853
Total em construção			<u>1.498</u>	<u>19.733</u>
Total de Consórcios - Controladora			896.184	920.939
Usina de Baguari - em construção	34,00%		178.960	140.363
Total de Consórcios - Consolidado			<u>1.075.144</u>	<u>1.061.302</u>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A. e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais –	
	COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

14) - INTANGÍVEL

	2009			2008
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Controladora				
Em Serviço				
Com Vida Útil Definida	43.524	(22.387)	21.137	20.540
- Direito de uso de softwares	24.719	(21.162)	3.557	3.658
- Marcas e Patentes	6	(2)	4	4
- Servidão	18.788	(1.212)	17.576	16.878
- Outros	11	(11)	-	-
Em Curso	5.361	-	5.361	4.129
- Ativos em formação	5.361	-	5.361	4.129
Intangível Líquido - Controladora	48.885	(22.387)	26.498	24.669
Consolidado				
Em Serviço				
Com Vida Útil Definida	886.538	(50.759)	835.779	-
- Direito de uso de softwares	24.834	(21.254)	3.580	-
- Marcas e Patentes	17	(2)	15	-
- Servidão	41.408	(1.212)	40.196	-
- Outros	2.773	(51)	2.722	-
- Direito Exploração de Concessão Serviço Público				-
- Transmissora Atlântico de Energia Elétrica S.A	711.692	(27.147)	684.545	-
- Central Eólica Praias de Parajuru	31.163	(1.093)	30.070	-
- Central Eólica Praia do Morgado	43.843	-	43.843	-
- Central Eólica Volta do Rio	30.808	-	30.808	-
Em Curso	8.374	-	8.374	112
- Ativos em formação	8.374	-	8.374	112
Intangível Líquido - Consolidado	894.912	(50.759)	844.153	24.781

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual foi de 10,89%.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL 367/09.

15) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	-	24.215	-	23.750
Mercado Atacadista - CCEE	2.330	11.600	2.330	11.600
Cemig Distribuição	4.093	6.193	4.093	6.193
Furnas	4.222	4.641	4.222	4.641
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.102	3.291	3.102	3.291
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.845	3.034	2.845	3.034
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	2.031	2.208	2.031	2.208
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.969	2.014	1.969	2.014
Outros Geradores e Distribuidores	40.733	18.128	31.160	18.128
	61.325	75.324	51.752	74.859
Materiais e Serviços	86.228	71.328	32.226	50.627
	147.553	146.652	83.978	125.486

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 20.

16) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Imposto de Renda	14.146	29	-	-
Contribuição Social	11.990	46	-	-
ICMS	26.736	33.263	26.483	33.128
COFINS	21.736	18.481	21.198	18.415
PASEP	9.976	4.026	9.859	3.998
INSS	3.859	3.918	3.686	3.898
Outros	5.657	3.081	2.830	3.046
	<u>94.100</u>	<u>62.844</u>	<u>64.056</u>	<u>62.485</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	30.163	9.164	30.164	9.164
Contribuição Social	10.859	3.299	10.859	3.299
COFINS	9.170	2.786	9.170	2.786
PASEP	1.991	605	1.991	605
	<u>52.183</u>	<u>15.854</u>	<u>52.184</u>	<u>15.854</u>
	<u>146.283</u>	<u>78.698</u>	<u>116.240</u>	<u>78.339</u>
Não Circulante				
COFINS	38.832	3.146	38.832	3.146
PASEP	8.431	14.493	8.431	14.493
	<u>47.263</u>	<u>17.639</u>	<u>47.263</u>	<u>17.639</u>
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	65.122	47.700	65.122	47.700
Contribuição Social	23.442	17.171	23.442	17.171
COFINS	2.734	-	2.734	-
PASEP	594	-	594	-
	<u>91.892</u>	<u>64.871</u>	<u>91.892</u>	<u>64.871</u>
	<u>139.155</u>	<u>82.510</u>	<u>139.155</u>	<u>82.510</u>
	<u>285.438</u>	<u>161.208</u>	<u>255.395</u>	<u>160.849</u>

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

As obrigações diferidas não circulantes de PASEP/COFINS referem-se substancialmente a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização destes.

17) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado							
FINANCIADORES	2009						2008
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. (1)	2009	3,90	JPY	-	-	-	100.160
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	5.877	-	5.877	23.825
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.957	4.189	7.146	12.919
UNIBANCO S.A. (2)	2009	6,50	US\$	-	-	-	11.044
UNIBANCO S.A. (3)	2009	5,00	US\$	-	-	-	8.214
Dívida referente a Moeda Estrangeira				8.834	4.189	13.023	156.162
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.156	-	75.156	75.241
Banco do Brasil S.A.	2012	111,00 do CDI	R\$	21.701	41.762	63.463	63.784
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	230.708	442.349	673.057	-
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.817	66.957	91.774	92.887
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.900	30.000	31.900	32.761
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	14.255	900.000	914.255	922.279
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	46.607	126.323	172.930	175.017
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.157	-	25.157	25.173
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	862	2.326	3.188	3.229
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	5.246	118.913	124.159	-
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.875	102.288	139.163	140.388
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	456	1.365	1.821	2.079
Bradesco S.A. (15)	2010	113,00% do CDI	R\$	2.742.383	-	2.742.383	-
Debêntures (4)	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-	357.472
Debêntures (4)	2011	104,00 do CDI	R\$	3.365	238.816	242.181	243.950
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4)(6)	2031	IGP-M	R\$	-	37.053	37.053	32.936
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.323	35.942	48.265	60.799
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	8.185	22.286	30.471	30.828
UNIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-	107.081
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	49.708	134.296	184.004	185.989
Energ Power (9)	2012	IPCA	R\$	218	655	873	-
FINEP (9)	2015	TJLP + 5,00	R\$	37	7.904	7.941	-
ORTENG Equipamentos e Sistemas (9)	2012	IPCA	R\$	94	283	377	-
Construtora Quebec (9)	2012	IPCA	R\$	301	901	1.202	-
Unibanco S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R\$	715	6.437	7.152	4.062
Banco do Brasil S.A. (5)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.731	25.501	28.232	28.794
BNDES (7)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	134.660	134.660	-
Debêntures (7)	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824	-
BNDES (Repasse) (7)	2033	TJLP + 3,8	R\$	-	79.649	79.649	-
Banco da Amazônia (7)	2029	TJLP + 4,0	R\$	-	28.913	28.913	-
BNDES (8)	2024	TJLP+2,50	R\$	-	25.248	25.248	-
CEF (10)	2022	TJLP + 3,50	R\$	4.789	59.381	64.170	-
CEF (11)	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.026	51.096	56.122	-
CEF (12)	2021	TJLP + 3,50	R\$	6.541	82.416	88.957	-
BNDES (13)	2018	TJLP	R\$	32.228	244.952	277.180	-
BNDES (13)	2018	UMBND	R\$	2.941	23.712	26.653	-
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI + 0,90	R\$	5.311	15.683	20.994	-
Sindicato Bancos (13)	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472	-
Banco Pine (14)	2010	CDI + 4,80	R\$	15.272	-	15.272	-
Dívida referente a Moeda Nacional				3.556.380	3.249.891	6.806.271	2.584.749
Total Geral				3.565.214	3.254.080	6.819.294	2.740.911

- (1) a (3) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a.
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (6) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (9) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (13) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (14) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (15) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia

A Companhia emitiu, em 30 de outubro de 2009, 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão, todas nominativas e emitidas fisicamente, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$2.700.000. As notas promissórias contam com o aval da de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Em 03 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers) . As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058 (valor atualizado de 09 de março de 2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222 (valor atualizado de 10 março de 2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Em 27 de outubro de 2009 a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. TAESA fez emissão de 550 Notas Promissórias Comerciais (3ª emissão) em série única, com valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação total de R\$550.000. Os recursos captados por meio dessa oferta foram utilizados pela TAESA para o pagamento antecipado do Contrato de Mútuo (Intercompany Facility Agreement), celebrado com a Terna – Rete Elettrica Nazionale S.p.A. (antiga controladora da TAESA) em 16 de fevereiro de 2009. Nenhuma garantia foi ou será constituída em relação às notas promissórias. O prazo de vencimento das Notas Promissórias é de 360 dias contados a partir da data de emissão, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros. A amortização do principal e o pagamento da remuneração aos titulares das Notas Promissórias deverão ocorrer na data de vencimento.

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido os contratos de empréstimos com as Centrais Eólicas Praia de Parajura, Praia de Morgado e Volta do Rio, no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	5.877	-	-	-	-	-	-	-	5.877
Euro	2.957	2.793	1.396	-	-	-	-	-	7.146
	8.834	2.793	1.396	-	-	-	-	-	13.023
Indexadores									
UMBND\$	2.941	3.134	3.453	3.804	4.133	4.527	4.219	442	26.653
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	37.053	37.053
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.323	12.323	12.323	11.296	-	-	-	-	48.265
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	613	1.226	105.798	56.639	-	-	-	-	164.276
Certificado Depósito Interbancário – CDI	3.483.190	637.591	695.779	490.626	300.455	-	-	-	5.607.641
URTJ	57.313	65.752	68.971	72.548	86.928	89.821	83.660	397.390	922.383
	3.556.380	720.026	886.324	634.913	391.516	94.348	87.879	434.885	6.806.271
	3.565.214	722.819	887.720	634.913	391.516	94.348	87.879	434.885	6.819.294

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2009 %	Variação Acumulada em 2008 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2009 %	Variação Acumulada em 2008 %
Dólar Norte-Americano	(25,39)	31,94	IGP-M	(1,72)	9,81
Euro	(22,57)	24,13	FINEL	(0,35)	1,90
Yen	(27,10)	62,89	SELIC	9,93	12,48
			CDI	9,84	12,32

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.740.911	2.708.055
Aquisição de Controladas – saldos iniciais de consolidação	726.618	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.917.322	3.495.899
Variação monetária e cambial	(25.737)	(38.156)
Encargos financeiros provisionados	364.070	335.586
AVP	6.765	6.765
Encargos Financeiros Pagos	(320.010)	(311.274)
Capitalização	3.798	-
Amortização de financiamentos	(594.443)	(573.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.819.294	5.623.795

As captações de recursos durante o exercício de 2009 estão demonstradas abaixo:

<u>Empréstimos/Financiadores</u>	<u>Vencimento Principal</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais</u>	<u>Valor Captado</u>
Moeda Nacional			
Banco Bradesco S.A.	2010	113% do CDI	2.700.000
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	152.536
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	428.438
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	10.353
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	7.262
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	7.800
Banco do Brasil S.A.	2012	110% do CDI	57.134
BNDES	2026	TJLP + 2,34	107.086
BNDES	2026	TJLP + 2,34	10.165
BNDES	2026	TJLP + 2,34	4.773
Construtora Quebec Ltda	2012	IPCA	1.202
Energ Power Ltda	2012	IPCA	872
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda	2012	IPCA	377
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	4.441
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2015	URTJ + 5,00	3.460
UNIBANCO	2020	TJLP + 2,55	3.505
BNDES	2024	TJLP + 2,50	35.404
BNDES	2033	TJLP + 2,40	162.336
DEBÊNTURES	2013	IPCA + 6,5%	150.000
Banco da Amazônia-FNO	2029	TJLP + 4,00%	20.342
BNDES (REPASSE)	2033	TJLP + 3,80%	49.836
			3.917.322

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme segue:

<u>Descrição da Cláusula Restritiva</u>	<u>Índice Requerido</u>
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

<u>Descrição da Cláusula Restritiva</u>	<u>Índice Requerido</u>	<u>Posição em 31/12/2009</u>
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	61,22%

A Companhia obteve dos credores os consentimentos de que não irão exercer o direito de exigir o pagamento imediato ou antecipado do montante devido até 31 de dezembro de 2010. Os financiamentos são classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento.

Os contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2009 a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2009.

18) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Reserva Global de Reversão - RGR	19.104	10.586	18.629	10.586
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	4.608	5.047	4.608	5.047
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.410	5.479	5.410	5.479
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.480	1.291	1.386	1.291
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	2.558	1.592	2.558	1.592
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.380	17.044	2.229	17.044
Pesquisa e Desenvolvimento	67.000	49.154	63.584	49.154
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.175	8.522	1.115	8.522
	103.715	98.715	99.519	98.715
Passivo Circulante	44.449	94.363	40.253	94.363
Passivo Não Circulante	59.266	4.352	59.266	4.352

19) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Desde 1º. de janeiro de 2005, com a desverticalização da CEMIG, a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pela Companhia na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R\$664.491, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano 2 são ativos e 10 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A previsão para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é em 2010, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$205.265 em 31 de dezembro de 2009 (R\$214.927 em 31 de dezembro de 2008) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Companhia em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da deliberação CVM nº 371/00 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da Cemig Geração e Transmissão.

Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2009 estão apresentados a seguir.

	Consolidado e Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	1.158.873	86.439	4.138	33.329
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	170.147	28.515	1.094	51.906
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	1.329.020	114.954	5.232	85.235
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.235.305)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	93.715	114.954	5.232	85.235
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidos	(18.039)	(30.778)	3.920	23.756
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	(10.672)	(824)	(4.824)	(822)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	65.004	83.352	4.328	108.169

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2009. Nesta condição, será reconhecida perda atuarial do Plano de Saúde no valor de R\$19.283 e ganhos atuariais dos Planos Odontológico e Seguro de Vida nos valores de R\$3.396 e de R\$15.232, respectivamente, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	99.483	75.700	3.524	99.881	278.588
Despesa Reconhecida no Resultado	2.190	15.831	974	10.337	29.332
Contribuições Pagas	(36.669)	(8.179)	(170)	(2.049)	(47.067)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	65.004	83.352	4.328	108.169	260.853
Passivo Circulante	18.895	-	-	-	18.895
Passivo Não Circulante	46.109	83.352	4.328	108.169	241.958

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2009 são como segue:

Consolidado e Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.226	1.277	58	1.252
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	125.674	11.608	581	9.009
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(127.841)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	-	2.603	(244)	(267)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	579	343
Contribuição dos Empregados	(8)	-	-	-
Despesa (Receita) em 2009	2.190	15.831	974	10.337

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2010 é como segue:

Consolidado e Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	1.270	1.101	44	1.273
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	137.586	12.022	555	9.046
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(136.467)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidos	-	1.620	(283)	(1.259)
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	3.139	343	578	343
Contribuição dos Empregados	-	-	-	-
Despesa em 2010	5.528	15.086	894	9.403

As principais premissas atuariais na data do balanço são conforme segue:

	2009		2008	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,50%	10,76%	6,00%	10,24%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	7,06%	11,34%	8,00%	12,32%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,00%	-	4,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	6,08%	2,00%	6,08%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,00%	-	4,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT - 2000		AT - 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Média		Light Média	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

20) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda seja considerada provável, conforme segue:

	Consolidado		
	Saldo em 2008	Adições	Saldo em 2009
Trabalhistas			
Diversos	179	66	245
Cíveis			
Ambiental	6.503	954	7.457
Outras	548	714	1.262
Fiscais			
Outras	92	7	99
Regulatórios			
ANEEL	-	596	596
Total	7.322	2.337	9.659

	Controladora		
	Saldo em 2008	Adições	Saldo em 2009
Trabalhistas			
Diversos	179	66	245
Cíveis			
Ambiental	6.503	954	7.457
Outras	548	656	1.204
Fiscais			
Outras	92	7	99
Regulatórios			
ANEEL	-	596	596
Total	7.322	2.279	9.601

Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$7.457, que está devidamente provisionado.

Causas com risco de perda possível

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas discutem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Demonstrações Contábeis, demonstrados a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas com este assunto. A Companhia considera o risco de perda nesta ação como possível.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

21) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2009, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R\$2.896.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

(a) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% são utilizados para distribuição como dividendo obrigatório à Controladora.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Em 9 de dezembro de 2009, a Diretoria Executiva aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$440.000, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2009, com base no lucro apurado nas Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2009.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.309.466	985.753
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	654.733	492.876
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio – 16,56% do lucro líquido	213.217	186.766
Dividendos Intercalares – 34,18% do lucro líquido	440.000	-
Dividendos Complementares – 44,25% do lucro líquido	574.491	330.941
Total	<u>1.227.708</u>	<u>517.707</u>
Dividendos por lote de mil ações - R\$		
Dividendos Estatutários	226,02	170,15
Dividendos Propostos	423,82	178,72

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$213.217 (R\$186.766 em 31 de dezembro de 2008) foram de R\$72.494 (R\$63.500 em 31 de dezembro de 2008), reconhecidos no resultado do exercício de 2009.

(b) Reserva Legal

A Cemig Geração e Transmissão utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2009 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$65.473. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$206.239 (R\$140.766 em 31 de dezembro de 2008).

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O saldo remanescente do lucro líquido de 2009 após a distribuição de dividendos, constituição de Reserva Legal e pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$16.285, foi alocado na Reserva de Retenção de Lucros para investimentos futuros constantes do orçamento de capital da Companhia, conforme proposta da Administração à Assembléia Geral dos Acionistas. O total da reserva de retenção de lucros corresponde, em 31 de dezembro de 2009, a R\$459.873.

(d) Plano de Opção de Compra de Ações da TAESA

Em 5 de outubro de 2006, os acionistas aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária, a criação do Plano de Outorga de Opção de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units (Plano) da TAESA, com a finalidade de oferecer aos seus administradores e empregados a oportunidade de se tornarem acionistas da TAESA.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2006, foi determinada a participação de 3 diretores da TAESA no Plano, oferecendo-lhes um total de 163.472 units. O volume total oferecido corresponde a 0,08% das ações ordinárias da TAESA na data de constituição e o preço de subscrição foi de R\$21,00 por unit.

Em 30 de junho de 2009, os Administradores da TAESA exerceram suas Opções de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units no valor total de R\$3.132. Como consequência, foram emitidas em benefício dos administradores um total de 149.145 units, compostas de 149.145 ações ordinárias e 298.290 ações preferenciais, no valor total de R\$1.194. Não há mais Opções de Subscrição de Certificados de Depósitos de Ações/Units a serem exercidas pelos Administradores da TAESA. Conforme determinado no CPC 10, a TAESA apurou os valores referentes às despesas representadas pelos benefícios dessas opções outorgadas, utilizando modelos de precificação do valor justo dos instrumentos patrimoniais objeto do Plano. Considerando os valores apurados não representaram montante significativo.

22) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Industrial	147	135	16.418.684	19.561.574	1.779.417	1.899.009
Comercial	1	-	4.722	-	995	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(15.258)	34.846
	148	135	16.423.406	19.561.574	1.765.154	1.933.855
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	48	41	15.792.446	12.081.809	1.660.416	1.084.005
Transações com energia na CCEE	-	-	2.031.791	1.173.655	132.544	136.156
Vendas no Proinfa	-	-	20.245	-	4.296	-
Total	196	176	34.267.888	32.817.038	3.562.410	3.154.016

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

23) – RECEITA DE USO DA REDE

Esta receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. De acordo com alguns destes contratos, a receita a ser reembolsada nos últimos quinze anos será 50% menor que nos primeiros quinze anos de concessão. A Companhia reconhece os reembolsos destas concessões conforme o contrato estabelecido.

Em 14 de outubro de 2009 a CVM, mediante decisão de seu Colegiado, determinou que as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica que integram o Grupo TAESA deverão, a partir da primeira divulgação de ITR de 2010, mudar o tratamento contábil a ser adotado na contabilização da receita, linearizando a apropriação da mesma ao longo do período de vigência de seus contratos de concessão com efeitos retroativos em 2009 apenas para fins de comparabilidade, ficando a Taesa dispensada de qualquer refazimento de suas demonstrações contábeis referentes a exercícios anteriores. Em decorrência desta linearização, tanto a TAESA quanto suas concessionárias de transmissão de energia elétrica sofrerão impactos em seus resultados econômicos, podendo, inclusive, encontrar limitações em sua capacidade de distribuição de dividendos.

24) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008 Reclassificado	2009	2008 Reclassificado
Tributos sobre a Receita				
ICMS	322.003	356.121	320.245	355.887
COFINS	316.155	256.307	314.340	256.264
PIS-PASEP	73.850	55.479	73.457	55.470
ISSQN	466	678	486	678
	<u>712.474</u>	<u>668.585</u>	<u>708.528</u>	<u>668.299</u>
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	93.489	85.483	92.541	85.483
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.058	36.601	29.058	36.601
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	25.575	34.445	25.575	34.445
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.730	11.381	13.351	11.381
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	13.224	11.381	13.224	11.381
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.612	5.068	6.612	5.068
Encargo de Aquisição Emergencial	15.649	10.371	15.649	10.371
	<u>197.337</u>	<u>194.730</u>	<u>196.010</u>	<u>194.730</u>
	<u>909.811</u>	<u>863.315</u>	<u>904.538</u>	<u>863.029</u>

25) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Pessoal	308.758	259.834	305.798	259.821
Obrigações Pós-Emprego	29.332	48.017	29.332	48.017
Materiais	16.406	17.072	16.813	17.070
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	4.070	69.573	4.070	69.573
Serviços de Terceiros	150.643	114.055	143.883	114.036
Depreciação e Amortização	235.597	224.166	226.313	224.166
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	140.318	127.069	140.318	127.069
Provisões Operacionais	(15.835)	1.105	(15.155)	1.105
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	274.574	271.878	274.264	271.878
Energia Elétrica Comprada para Revenda	148.724	13.167	148.198	12.255
Outros Custos Operacionais Líquidos	69.794	91.386	65.054	91.377
	<u>1.362.381</u>	<u>1.237.322</u>	<u>1.338.888</u>	<u>1.236.367</u>

a) DESPESAS COM PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Remunerações e Encargos	251.372	220.776	248.412	220.763
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	10.706	11.783	10.706	11.783
Benefícios Assistenciais	26.212	25.991	26.212	25.991
	<u>288.290</u>	<u>258.550</u>	<u>285.330</u>	<u>258.537</u>
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	<u>(20.631)</u>	<u>(12.616)</u>	<u>(20.631)</u>	<u>(12.616)</u>
	<u>267.659</u>	<u>245.934</u>	<u>264.699</u>	<u>245.921</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD (a)	-	13.900	-	13.900
Programa de Desligamento Voluntário – PDV (b)	41.099	-	41.099	-
	<u>308.758</u>	<u>259.834</u>	<u>305.798</u>	<u>259.821</u>

Programas de desligamento de empregados

(a) Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 143 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros substancialmente no resultado de 2008.

(b) Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 207 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$41.099.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Comunicação	4.465	3.677	4.304	3.677
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	16.666	22.295	15.885	22.295
Conservação e Limpeza de Prédios	17.938	15.783	17.403	15.783
Mão de Obra Contratada	4.532	4.773	4.511	4.773
Fretes e Passagens	3.961	3.719	3.760	3.717
Hospedagem e Alimentação	5.190	4.950	5.148	4.950
Vigilância	8.796	8.693	8.772	8.693
Consultoria	18.855	4.217	15.748	4.214
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	8.144	1.973	8.144	1.973
Manutenção e Conservação de Veículos	3.988	3.641	3.948	3.641
Energia Elétrica	4.918	5.353	4.788	5.353
Meio Ambiente	13.623	8.226	13.516	8.226
Outros	39.567	26.755	37.956	26.741
	150.643	114.055	143.883	114.036

c) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
		Reclassificado		Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	8.022	7.263	7.730	7.261
Propaganda e Publicidade	554	2.124	786	2.124
Subvenções e Doações	18.839	12.654	16.097	12.654
Taxa de Fiscalização da ANEEL	16.858	15.493	16.636	15.493
Despesa Concessão Onerosa	10.481	7.913	10.481	7.913
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.009	7.052	4.474	7.052
Contribuição ao MAE	2.575	2.195	2.575	2.195
Seguros	3.644	3.367	3.187	3.367
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	704	7.887	605	7.887
FORLUZ – Custeio Administrativo	3.476	4.078	3.476	4.078
Outras Líquidas	(368)	21.360	(993)	21.353
	69.794	91.386	65.054	91.377

26) – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	149.973	125.276	142.684	125.241
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.790	8.062	1.790	8.062
Varição Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	12.803	23.052	3.428	23.052
Variações Cambiais	26.111	6	35.382	6
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(295)	(2.777)	(285)	(2.776)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 28)	3.420	13.157	3.420	13.157
Ajuste a Valor Presente	2.100	16.263	2.100	16.263
Outras	31.498	52.430	28.960	52.430
	227.400	235.469	217.479	235.435
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(357.730)	(352.156)	(335.723)	(352.156)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(4.857)	(17.379)	(580)	(17.379)
Variações Cambiais	(105)	(52.614)	50	(52.614)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 28)	(43.585)	-	(43.585)	-
Reversão (Provisão) para Perdas com Trans. Energia livre	7.668	(19.195)	7.668	(19.195)
Ajuste a Valor Presente	(8.434)	(2.679)	(8.434)	(2.679)
Outras	(56.245)	(36.263)	(52.256)	(36.263)
	(463.288)	(480.286)	(432.860)	(480.286)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(235.888)	(244.817)	(215.381)	(244.851)

27) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2009 e 2008 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC, a serem pagas até o mês de maio de 2010. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2009 e 2008 foi acordado com os sindicatos o pagamento de participação adicional a cada empregado.

Juntamente com o acordo de 2009/2008 foi celebrado o acordo 2010/2009 com as seguintes definições:

- Vinculado a cumprimento de metas, a Companhia distribuirá um percentual de 6% do resultado operacional, a ser pago até maio de 2011.
- Melhor opção para o empregado entre 0,7 remuneração ou R\$5.000,00, a ser paga até março de 2010.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2009 e 2008, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$55.332 e R\$86.296, respectivamente.

28) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	917.054	539.042	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	5.715	625	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	668	661	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	34.739	3.243	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	25.296	9.995	-	5.570	226.474	93.870	(73.552)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	13.429	10.886	4.093	15.568	106.966	17.319	(7.983)	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	12.225	7.186	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	398	52	405	25.701	18.069	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	72	-	1	-	661	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	42.069	38.616	26.736	33.263	(322.003)	(356.121)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	7.742	18.158	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	37.053	32.936	-	-	(4.117)	(3.659)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	18.895	17.970	-	-	(29.332)	(48.017)
Outros	-	-	8.538	18.281	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	241.958	260.618	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(10.706)	(11.783)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(3.476)	(4.609)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	13	12	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

(1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

(2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.

(3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.

(4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2009 é conforme segue:

Remuneração	1.904
Participação nos Resultados	283
Benefícios Pós Emprego	44
Benefícios Assistenciais	14
Total em 2009	<u><u>2.245</u></u>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 9, 16, 17, 19, 22, 24 e 25.

29) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas contraladas estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas contraladas foram reconhecidos e encontram - se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de dezembro de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item "b".

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2009	2008
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO		
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	5.877	43.083
(-) Operações contratadas de hedge/swap (*)	75.000	59.873
	<u>80.877</u>	<u>102.956</u>
Yen		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	100.160
(-) Operações contratadas de hedge	-	(100.073)
	<u>-</u>	<u>87</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	7.146	12.919
Passivo Líquido Exposto	<u>88.023</u>	<u>115.998</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano (PTAX). Esses contratos representam uma receita anual de cerca de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2010 será de 0,51% (dólar = R\$1,75 e euro = R\$2,52). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Exposição Atual	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	5.877	5.907	7.384	8.861
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	75.000	75.379	94.224	113.069
	80.877	81.286	101.608	121.930
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	7.146	7.182	8.977	10.773
Passivo Líquido Exposto	88.023	88.468	110.585	132.703
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(445)	(22.562)	(44.680)

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (Libor), no montante de R\$5.877, em 31 de dezembro de 2009.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas controladas ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	3.023.205	861.948	2.821.954	852.213
Ativos Regulatórios (nota 7 e nota 8)	165.307	19.183	165.307	19.183
Operações Contratadas de Hedge/Swap	75.000	-	75.000	-
	3.263.512	881.131	3.062.261	871.396
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	(5.607.641.)	(2.458.158)	(5.390.898)	(2.458.158)
Passivos Regulatórios (nota 15)	-	(24.292)	-	(23.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(120.000)	(40.164)	-	(40.164)
	(5.727.641)	(2.522.614)	(5.390.898)	(2.522.149)
Passivo Líquido Exposto	(2.464.129)	(1.641.483)	(2.328.637)	(1.650.753)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia, com base na MCM Consultores Associados, estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2010 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Exposição Atual SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,25%	Cenário Possível SELIC 14,06%	Cenário Remoto SELIC 16,88%
Ativos				
Aplicações Financeiras	3.023.205	3.363.316	3.448.268	3.533.522
Ativos Regulatórios	165.307	183.904	188.549	193.211
Operações Contratadas de Hedge/Swap	75.000	83.438	85.545	87.660
	<u>3.263.512</u>	<u>3.630.658</u>	<u>3.722.362</u>	<u>3.814.393</u>
Passivos				
Empréstimos	(5.607.641)	(6.238.501)	(6.396.075)	(6.554.211)
Passivos Regulatórios	-	-	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(120.000)	(133.500)	(136.872)	(140.256)
	<u>(5.752.884)</u>	<u>(6.372.001)</u>	<u>(6.532.947)</u>	<u>(6.694.467)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.464.129)</u>	<u>(2.741.344)</u>	<u>(2.810.586)</u>	<u>(2.880.074)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(277.215)</u>	<u>(346.457)</u>	<u>(415.945)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida em 31 de dezembro de 2009 e a Companhia obteve o consentimento formal ("waiver") do credor (nota 17), de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia e suas controladas possuem concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 2009 no montante de R\$40.165 e um ganho em 2008 no montante de R\$13.157, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Geração e Transmissão é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de swap cambial.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009.

Direito da Companhia e suas controladas	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada						Efeito Acumulado	
				Valor principal contratado*		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2009
Cemig Geração e Transmissão											
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	86	132	86	132	2.907	(1.668)
Madeira Energia											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	-	(3.149)	-	(3.149)	-	-	-
						(3.063)	132	(3.063)	132	2.907	(1.668)

A contraparte da operação de derivativos da Companhia é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de swap cambial.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2010 será de R\$1,75 e que a taxa CDI no final de 2010 será de 11,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar e do CDI de 25% e 50% em 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2010 seria de R\$2,19 e R\$2,63 respectivamente e a taxa CDI seria de 14,06% e 16,88%.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	75.379	94.224	113.069
Efeito Líquido da Variação do US\$		(379)	(19.224)	(38.069)
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	83.438	85.545	87.660
Efeito Líquido da Variação do CDI		(8.438)	(10.545)	(12.660)
Efeito Líquido		(8.059)	8.679	25.409

30) – SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio anual
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves	Casco	25/05/2009 a 29/04/2010	U\$4.100	
Aeronáutico - Aeronaves	Responsabilidade Civil	25/05/2009 a 29/04/2010	U\$10.000	U\$22
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio	08/11/2009 a 08/11/2010	214.713	60
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2009 a 05/05/2010	* 1.320.230	2.203
TAESA				
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais	Total	19/04/2009 a 19/09/2010	***1.007.207	1.360
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	Responsabilidade Civil	19/04/2009 a 19/09/2010	16.000	198
Veículos	105% a 110% da Tabela Fipe	19/08/2009 a 18/02/2011	-	235
Madeira Energia				
Garantia de obrigações públicas	Responsabilidade Civil	7/03/2008 a 11/10/2016	****650.000	20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 3/11/2016	-	104.330
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade Civil	6/04/2009 a 06/04/2012	-	2.088
Conselheiros, Diretores e Administradores	Responsabilidade Civil	15/08/20019 a 15/08/2010	-	315

Madeira Energia

Garantia de obrigações públicas	Responsabilidade Civil	7/03/2008 a 11/10/2016	****650.000	20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 3/11/2016	-	104.330
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade Civil	6/04/2009 a 06/04/2012	-	2.088
Conselheiros, Diretores e Administradores	Responsabilidade Civil	15/08/20019 a 15/08/2010	-	315

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615 mil.

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$163.600 mil.

(***) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$16.000 mil.

(****) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$650.000 mil.

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.565.214	722.818	887.720	634.913	391.516	94.347	522.766	6.819.294
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	18.895	16.125	15.134	9.752	10.337	10.958	124.064	205.265
CTSUL Termoelétrica I	-	-	-	-	-	-	46.796.091	46.796.091
CTSUL Termoelétrica II	-	-	-	-	-	-	3.534.956	3.534.956
Copel	-	-	-	415.399	351.869	367.744	785.416	1.920.428
UHE Santo Antônio	-	-	320.657	968.467	1.362.205	1.094.039	16.169.034	19.914.402
Compra de Energia - demais	313.879	530.874	474.453	94.179	93.658	99.715	769.813	2.376.571
Total	3.897.988	1.269.817	1.697.964	2.122.710	2.209.585	1.666.803	68.702.140	81.567.007

32) – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 03 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000. Vide nota explicativa 17.

Em 5 de janeiro de 2010, foi liberado em favor da controlada indireta Santo Antônio Energia S.A., o montante de R\$467.246 referente ao contrato de financiamento com o BNDES cujo montante total será de R\$6.135.172, destinado à implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

33) - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais)**

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia	3.353.204	-	209.206	3.562.410
Receita de uso da Rede	113.275	738.600	-	851.875
Outras Receitas	4.104	4.696	16.239	25.039
	<u>3.470.583</u>	<u>743.296</u>	<u>225.445</u>	<u>4.439.324</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(714.456)	(158.414)	(36.941)	(909.811)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.756.127</u>	<u>584.882</u>	<u>188.504</u>	<u>3.529.513</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(140.259)	-	(8.465)	(148.724)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(257.269)	(124)	(17.181)	(274.574)
	<u>(397.528)</u>	<u>(124)</u>	<u>(25.646)</u>	<u>(423.298)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(120.721)	(85.515)	(7.670)	(213.906)
Entidade de Previdência Privada	(12.309)	(8.014)	-	(20.323)
Material	(9.246)	(5.335)	(1.762)	(16.343)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(4.070)	-	-	(4.070)
Serviços de Terceiros	(56.455)	(25.468)	(20.689)	(102.612)
Depreciação e Amortização	(161.082)	(46.874)	(26.708)	(234.664)
Provisões	11.127	6.036	266	17.429
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(130.565)	-	(9.753)	(140.318)
Outras	5.126	4.766	(9.755)	137
	<u>(478.195)</u>	<u>(160.404)</u>	<u>(76.071)</u>	<u>(714.670)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(875.723)</u>	<u>(160.528)</u>	<u>(101.717)</u>	<u>(1.137.968)</u>
LUCRO BRUTO	1.880.404	424.354	86.787	2.391.545
DESPESA OPERACIONAL				
Administração	(125.409)	(64.806)	(7.212)	(197.427)
Despesas com Vendas	(1.593)	-	-	(1.593)
Outras	(22.308)	(2.407)	(678)	(25.393)
	<u>(149.310)</u>	<u>(67.213)</u>	<u>(7.890)</u>	<u>(224.413)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	1.731.094	357.141	78.897	2.167.132
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(47.886)	(65.066)	(122.936)	(235.888)
IMPOSTO DE RENDA	(479.428)	(85.090)	(1.928)	(566.446)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(36.987)	(18.149)	(196)	(55.332)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.166.793	188.836	(46.163)	1.309.466

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais) (Reclassificado)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Atividade não vinculada	Total
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia	3.058.435	-	95.581	3.154.016
Receita de uso da Rede	111.116	505.983	-	617.099
Outras Receitas	8.258	4.631	16.680	29.569
	<u>3.177.809</u>	<u>510.614</u>	<u>112.261</u>	<u>3.800.684</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	<u>(715.575)</u>	<u>(129.245)</u>	<u>(18.495)</u>	<u>(863.315)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.462.234</u>	<u>381.369</u>	<u>93.766</u>	<u>2.937.369</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(12.830)	-	(337)	(13.167)
Encargo de Uso do Sist. de Trans. e Distr.	(254.885)	(117)	(16.876)	(271.878)
	<u>(267.715)</u>	<u>(117)</u>	<u>(17.213)</u>	<u>(285.045)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(126.617)	(86.549)	(6.326)	(219.492)
Entidade de Previdência Privada	(23.109)	(16.013)	(1.432)	(40.554)
Material	(10.258)	(5.605)	(365)	(16.228)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	(69.573)	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	(63.046)	(23.796)	(3.339)	(90.181)
Depreciação e Amortização	(172.058)	(38.851)	(11.605)	(222.514)
Provisões	(2.221)	2.673	(862)	(410)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(122.689)	-	(4.380)	(127.069)
Outras	(6.070)	(16.443)	(18.408)	(40.921)
	<u>(595.641)</u>	<u>(184.584)</u>	<u>(46.717)</u>	<u>(826.942)</u>
CUSTO TOTAL	<u>(863.356)</u>	<u>(184.701)</u>	<u>(63.930)</u>	<u>(1.111.987)</u>
LUCRO BRUTO	1.598.878	196.668	29.836	1.825.382
DESPESA OPERACIONAL				
Administração	(59.897)	(30.035)	(1.805)	(91.737)
Despesas com Vendas	(695)	-	-	(695)
Outras	(26.283)	(5.362)	(1.258)	(32.903)
	<u>(86.875)</u>	<u>(35.397)</u>	<u>(3.063)</u>	<u>(125.335)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	1.512.003	161.271	26.773	1.700.047
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(175.627)	13.291	(82.481)	(244.817)
IMPOSTO DE RENDA	(340.101)	(41.515)	(1.565)	(383.181)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	(59.279)	(26.840)	(177)	(86.296)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	936.996	106.207	(57.450)	985.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

A Cemig Geração e Transmissão mantém o registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, conforme determinação do Órgão Regulador. As Demonstrações do Resultado Segregado por Atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram elaboradas adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- Geração - Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para consumidores livres, contratos iniciais e venda de energia na CCEE.
- Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos consórcios de energia elétrica da Companhia.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras e Resultado não Operacional são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela Companhia. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanços Patrimoniais e a Mutação do Patrimônio Líquido por Atividade. Desta forma, as referidas Demonstrações não representam as Demonstrações dos Resultados de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle de
Participações

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

**Márcio Augusto Vasconcelos
Nunes**
Diretor de Gás

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de
Novos Negócios

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cemig Geração e Transmissão S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As auditorias das demonstrações contábeis de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso parecer no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$206,8 milhões em 2009, representando 1,7% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do exercício de 2009 totalizou R\$4,7 milhões de prejuízo, representado -0,4% do resultado do exercício, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$937,9 milhões em 2009, representando 7,6% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos pareceres desses outros auditores independentes.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito nas notas explicativas nos 7, 15 e 20, a Cemig Geração e Transmissão S.A. possui registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como "MAE"). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2009, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

5. Em 31 de dezembro de 2009 a controlada indireta em conjunto Brasnorte Transmissora de Energia S.A. iniciou suas operações mediante obtenção do termo de liberação provisória para operação de 27 de novembro de 2009. Adicionalmente, a controlada indireta em conjunto Taesa Serviços Ltda. apresenta prejuízos acumulados. A recuperação dos valores registrados no investimento da Companhia e no ativo imobilizado consolidado, referente às tais controladas, no montante de R\$103,1 milhões e R\$91,1 milhões, respectivamente, depende do sucesso de suas operações futuras, sendo estas controladas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. Conseqüentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$33,3 milhões e R\$29,4 milhões, respectivamente.
6. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2009 totalizavam R\$2.918,1 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$100,2 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. Conseqüentemente, o efeito proporcional na Companhia é de R\$291,8 milhões e R\$10,0 milhões, respectivamente.

Belo Horizonte, 23 de março de 2010

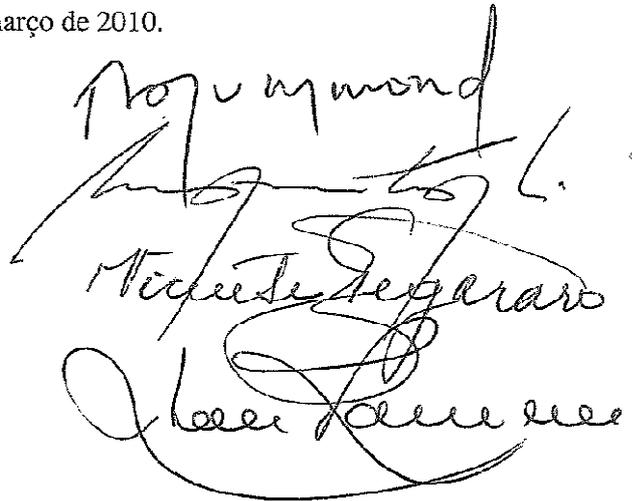
KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31-12-2009, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em 29 de abril de 2010

Belo Horizonte, 23 de março de 2010.



Procurador
Augusto L.
Ricardo Segurado
João Luiz

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Executiva Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, declaro, para os devidos fins, que no livro de Atas das reuniões da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A., na ata da 310ª. realizada em 09-03-2010, encontrei registrada, dentre outros assuntos, a aprovação da conclusão, em 09-03-2010, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2009; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2009 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, os Diretores presentes à reunião declararam que reviram, discutiram e concordaram com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passo esta certidão, sob a responsabilidade do meu cargo.

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros
Superintendente da Secretaria Executiva Empresarial

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Executiva Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, declaro, para os devidos fins, que no livro de Atas das reuniões da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A., na ata da 310ª. realizada em 09-03-2010, encontrei registrada, dentre outros assuntos, a aprovação da conclusão, em 09-03-2010, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2009; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2009 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, os Diretores presentes à reunião declararam que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passo esta certidão, sob a responsabilidade do meu cargo.

Belo Horizonte, 22 de março de 2010.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Anamaria Pugedo Frade Barros
Superintendente da Secretaria Executiva Empresarial